



Instituto Itaúsa

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e fundadores
Instituto Itaúsa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Itaúsa ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições a serem observados por entidades sem fins lucrativos, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividade.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividade, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na



Instituto Itúsa

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividade, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.



Instituto Itúsa

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Tatiana Fernandes
Atestado por Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev/24075621818
CPF: 2405241818
Página: 0004
Data Hora da Assinatura: 25 de fevereiro de 2026 | 19:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SingularID Multipla
www.singularid.com.br

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

INSTITUTO
ITAŪSA





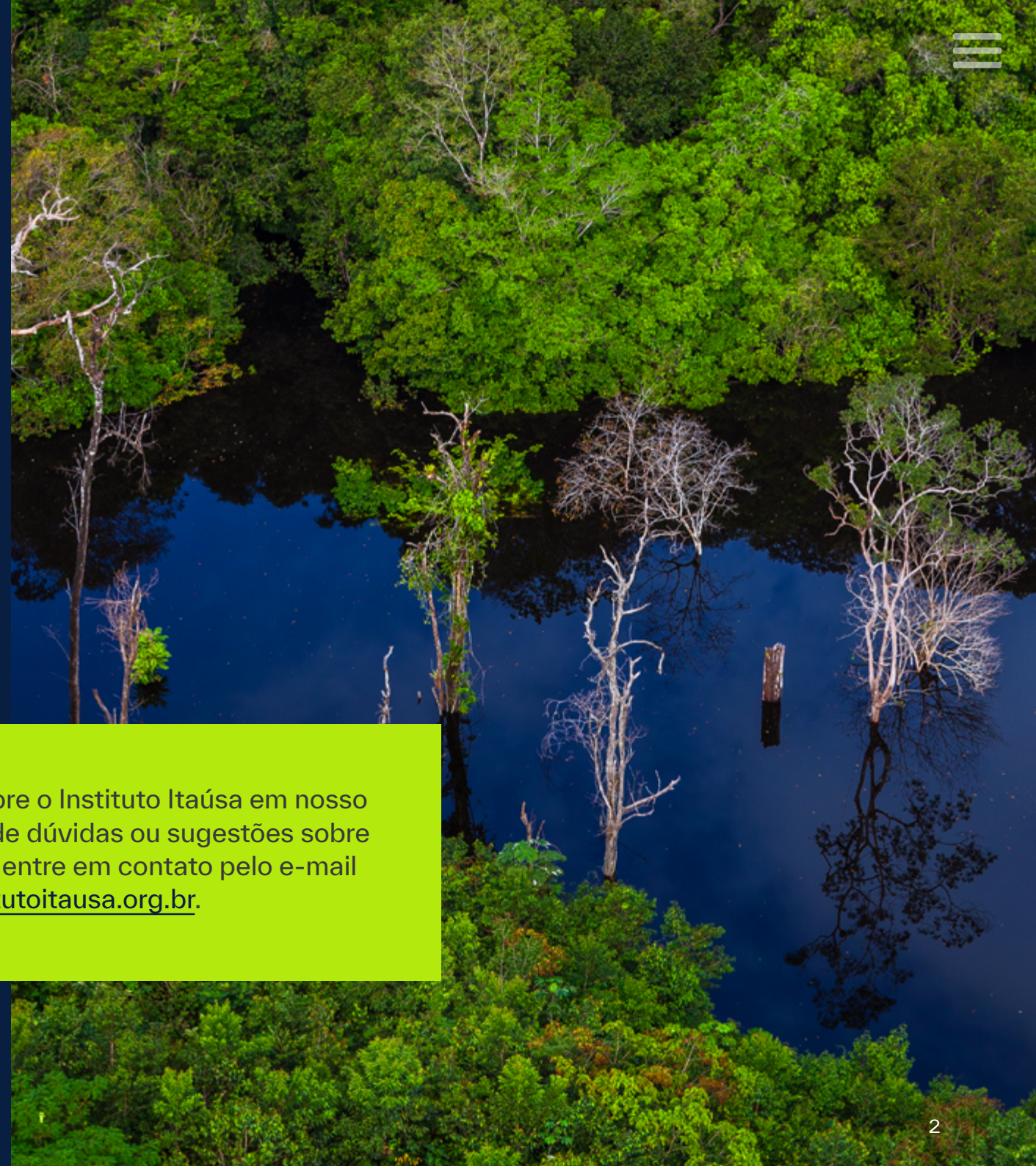
SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este é o Relatório de Atividades 2025 do Instituto Itaúsa. Mais do que um balanço de ações, ele reflete as escolhas, parcerias e aprendizados que marcaram o ano. Ao longo destas páginas, reunimos os projetos apoiados pelo Instituto em 2025, com a indicação dos valores investidos em cada iniciativa, e apresentamos textos que abordam temas contemporâneos no centro do debate sobre sustentabilidade no Brasil — adaptação à mudança climática, agricultura regenerativa, descarbonização da economia, COP30, produtividade & sustentabilidade e restauração florestal — e que ajudam a contar a nossa atuação ao longo do período.

Boa leitura!



Saiba mais sobre o Instituto Itaúsa em nosso [site](#). Em caso de dúvidas ou sugestões sobre este Relatório, entre em contato pelo e-mail contato@institutoitausa.org.br.



SUMÁRIO

4 Quem somos

17 COP30

6 Mensagem
do Conselho de
Administração:
Rodolfo Villela
Marino

22 Adaptação à
mudança climática

38 Restauração
florestal

8 Editorial:
Marcelo Furtado

29 Descarbonização
da economia

44 Projetos
apoiados
pelo Instituto
Itaúsa

11 O Instituto
em números

33 Agricultura
regenerativa

12 Produtividade &
Sustentabilidade



QUEM SOMOS

Lançado em setembro de 2023, o Instituto Itaúsa é parte da estratégia de sustentabilidade da Itaúsa e nasceu com o propósito de contribuir ativamente para a transição da economia brasileira rumo a um modelo mais produtivo e sustentável. Atuamos a partir de uma visão integrada, que reconhece que os desafios ambientais, econômicos e sociais precisam ser enfrentados de forma conjunta.



NOSSA MISSÃO

Acelerar a transição da economia brasileira para uma economia mais produtiva e positiva para o clima, a natureza e as pessoas.



Somos uma organização doadora, dedicada a financiar e apoiar iniciativas capazes de gerar impacto positivo e duradouro no país. Nossa atuação combina investimento, conhecimento e articulação, em uma abordagem integrada, que articula as dimensões de clima, natureza e pessoas.

O trabalho do Instituto se organiza em **duas frentes estratégicas** complementares: **Conservação do Meio Ambiente e Produtividade & Sustentabilidade**. Em ambas, buscamos apoiar, por meio de coinvestimentos ou doações diretas, iniciativas inovadoras, escaláveis ou capazes de produzir evidências, modelos e aprendizados replicáveis para impulsionar mudanças significativas.

Na frente de **Conservação do Meio Ambiente**, apoiamos projetos voltados à preservação de ecossistemas, à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais. Para nós, conservar não é apenas proteger o presente, mas sim criar as bases para uma economia mais resiliente, capaz de gerar bem-estar social e prosperidade no longo prazo.

Já na frente de **Produtividade & Sustentabilidade**, partimos do princípio de que crescimento econômico e preservação ambiental são indissociáveis na construção de um desenvolvimento sustentável. Apoiamos iniciativas que tratam produtividade e sustentabilidade de forma integrada, buscando ganhos simultâneos de eficiência econômica, redução de riscos e fortalecimento da resiliência socioambiental, com potencial de influenciar práticas e modelos produtivos no médio e longo prazo.

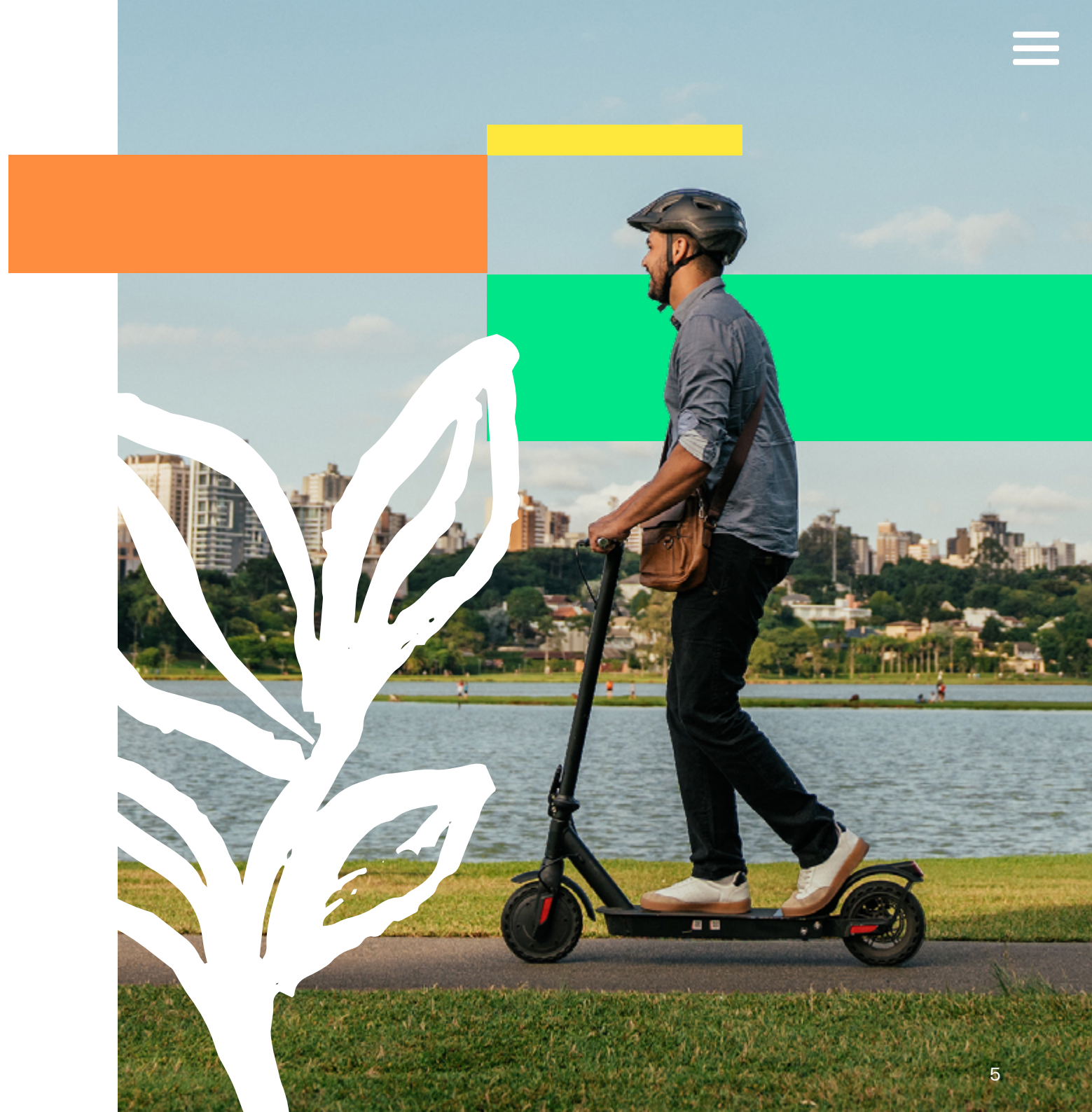


Para promover mudanças estruturais de longo prazo, dentro das duas frentes, o Instituto Itaúsa orienta seus investimentos a **três transições-chave** para a economia brasileira:

- **Uso do Solo, da Água e Sistemas Alimentares:** reúne iniciativas voltadas à segurança alimentar, à gestão sustentável da água, ao aumento da resiliência climática e à redução das emissões de gases de efeito estufa.
- **Energia e Materiais:** soluções que impulsionam a eficiência energética, ampliam o acesso a fontes renováveis e promovem o uso mais responsável de materiais, incluindo a circularidade de recursos e alternativas de baixo carbono para a indústria.
- **Sistemas Urbanos:** projetos que contribuem para tornar as cidades mais sustentáveis, resilientes e inclusivas, reconhecendo o papel central dos ambientes urbanos na qualidade de vida da população e na transição para uma economia mais sustentável.

Os projetos apoiados são selecionados com base no alinhamento com a missão do Instituto Itaúsa e potencial de impacto e atuam em diferentes alavancas como produção de conhecimento, *advocacy*, investimento direto e fortalecimento institucional.

Por meio de coinvestimentos parcerias e ações colaborativas, o Instituto Itaúsa transforma ideias em impacto, conectando organizações, comunidades e negócios para contribuir com a construção de um Brasil mais sustentável, produtivo e inclusivo.



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Consistência, governança e visão de futuro



RODOLFO VILLELA MARINO

*Presidente do Conselho de Administração do
Instituto Itaúsa e diretor vice-presidente da Itaúsa*

Em 2025, a Itaúsa completou 50 anos de atuação. Essa trajetória foi construída a partir de decisões pautadas por ética, governança sólida e visão de longo prazo. Ao longo desse período, investir sempre significou mais do que alocar capital: significou assumir um compromisso contínuo com a construção de valor duradouro para a companhia, seus acionistas e para a sociedade brasileira.

Pensando nos nossos próximos 50 anos, partimos da convicção de que o desenvolvimento econômico brasileiro precisa ser cada vez mais produtivo e sustentável. Foi com esse olhar para o futuro que lançamos, em 2023, o Instituto Itaúsa: um investimento institucional na economia e no Brasil em que acreditamos. Sua missão é acelerar a transição para um modelo econômico mais positivo para o clima, a natureza e as pessoas — missão que orienta nossas decisões, parcerias e formas de atuação no presente, com foco no longo prazo.

Em 2025, vivenciamos um importante momento de amadurecimento da trajetória do Instituto. Após o primeiro ciclo de estruturação, avançamos para uma fase de maior consistência institucional, marcada pelo fortalecimento de processos, pela evolução no monitoramento da execução

dos projetos apoiados e pela consolidação de práticas de governança. Avançamos institucionalmente ao mesmo tempo em que aprofundamos parcerias existentes e construímos novas conexões, capazes de gerar sinergias e potencializar impactos coletivos, refletindo o jeito de fazer da Itaúsa.

A participação do Instituto Itaúsa na COP30, realizada em Belém (PA), inscreveu-se nesse novo momento da trajetória do Instituto. A Conferência representou não apenas um espaço de visibilidade, mas sobretudo uma oportunidade concreta de articulação, aprendizado e entrega. Atuamos de forma integrada com empresas do nosso portfólio e parceiros estratégicos, somando capacidades, experiências e perspectivas e contribuindo para qualificar o debate e apresentar soluções do setor privado para os desafios climáticos. Esse processo também fortaleceu a equipe do Instituto, ampliando a capacidade técnica e o repertório coletivo em temas centrais para nossa atuação.

Outro ponto alto de 2025 foi o salto relevante na agenda de Produtividade & Sustentabilidade. Ao longo do ano, o Instituto deu passos decisivos para estruturar esse campo, transformando um conceito em uma estratégia

clara, com prioridades, processos e formas de atuação definidas. Esse avanço se materializou, entre outras iniciativas, com o lançamento da Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade, uma iniciativa interinstitucional sediada no Insper, que passou a organizar, em torno de uma agenda comum, esforços antes dispersos de economistas que atuam na intersecção entre economia, clima e natureza.

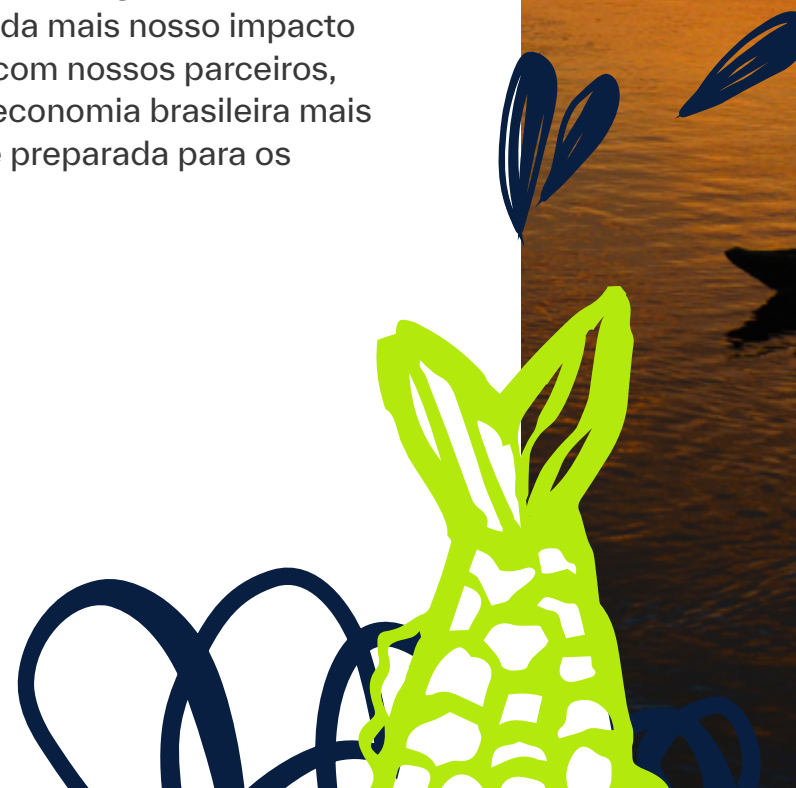
Trata-se de uma frente com enorme potencial para o Brasil, ao reconhecer que crescimento econômico, preservação ambiental e sustentabilidade são dimensões interdependentes do desenvolvimento. Em 2026, essa agenda ganhará ainda mais relevância, com a ativação de novas parcerias e a geração de indicadores capazes de apoiar decisões públicas e privadas e contribuir para processos que fortalecem o posicionamento do país na nova economia.

O próximo ciclo reforça nossa convicção de que a transição para uma nova economia exige visão estratégica, ações consistentes e compromisso de longo prazo. Avanços estruturais dependem de previsibilidade, coordenação e decisões informadas por evidências, capazes de atravessar contextos e ciclos distintos. Acreditamos que esses avanços

só se constroem por meio de uma atuação associativa, que articule diferentes atores, setores e perspectivas em torno de agendas econômicas comuns, orientadas ao desenvolvimento sustentável do país. Esses princípios orientam nossas escolhas e seguem guiando o Instituto Itaúsa como parte ativa da construção de soluções duradouras para o Brasil.

Agradecemos aos parceiros, à equipe da Itaúsa e do Instituto pelo empenho, e aos acionistas pela confiança ao longo de 2025. Foi um ano de aprendizados importantes, evolução e fortalecimento institucional. Seguimos confiantes de que ampliaremos ainda mais nosso impacto em 2026, em conjunto com nossos parceiros, contribuindo para uma economia brasileira mais produtiva, sustentável e preparada para os desafios do futuro.

Boa leitura!



EDITORIAL

Clima, economia e desenvolvimento: uma agenda para o Brasil

**MARCELO FURTADO**

*Diretor executivo do Instituto Itaúsa e
head de sustentabilidade da Itaúsa*

O ano de 2025 foi marcante para o Instituto Itaúsa e para o campo da sustentabilidade, especialmente no Brasil, que sediou a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Ao revisitar esse período, chama atenção não apenas o volume de debates e iniciativas mobilizadas, mas sobretudo um deslocamento relevante na agenda climática e de desenvolvimento, com o avanço do debate para uma fase mais orientada à implementação.

Esse deslocamento tornou mais visíveis os desafios institucionais, econômicos e políticos que acompanham a agenda climática desde sua origem. Ficou claro que ambição, por si só, não é suficiente. Avançar exige soluções capazes de combinar viabilidade econômica, capacidade de execução e articulação entre diferentes riscos, especialmente em um contexto global marcado pela intensificação dos impactos da mudança do clima, pela instabilidade geopolítica e por pressões crescentes sobre economias emergentes.



Foi a partir dessa leitura que, ao longo de 2025, o Instituto Itaúsa orientou sua atuação. Fortalecemos o debate sobre soluções climáticas, financiamento e adaptação, sempre com foco em sua tradução econômica. Atuamos em frentes que vão da adaptação à mudança do clima à descarbonização da economia, passando pela agricultura regenerativa, pela restauração florestal, pela preparação para a COP30 e pela construção do campo de Produtividade & Sustentabilidade.

Em todas essas frentes, buscamos apoiar iniciativas capazes de conectar clima, natureza, pessoas e economia real, partindo da convicção de que a agenda climática ganha força, permanência e capacidade de mobilização quando reduz riscos, gera previsibilidade e cria oportunidades concretas de desenvolvimento.

Nesse cenário, a COP30 tornou ainda mais visíveis os desafios e as oportunidades associados à fase de implementação da transição climática. Ao longo do evento, o Instituto Itaúsa se propôs a atuar como articulador de soluções, qualificando o debate sobre o papel do setor privado na agenda climática a partir de iniciativas concretas e espaços de diálogo. Essa atuação se deu por meio da construção e ativação de arranjos como a C.A.S.E (*Climate Action Solution & Engagement*), da participação em espaços de

articulação como a SBCOP (*Sustainable Business COP*) e do apoio a iniciativas de convergência e visibilidade, como a Cas'Amazonia na COP30. Detalhadas ao longo deste Relatório, essas iniciativas não buscaram afirmar posições, mas sim dar visibilidade a soluções existentes, conectar atores e aproximar essas experiências de políticas públicas, financiamento e decisões da economia real.

A partir dessa atuação, alguns temas emergiram com mais força na COP30, refletindo os desafios e oportunidades da fase de implementação da agenda climática.

No campo da adaptação, a aprovação de indicadores voluntários para o monitoramento da resiliência dos países e o compromisso de ampliar significativamente o financiamento global até 2035, sinalizam uma inflexão relevante na agenda climática. Ainda que não se traduzam automaticamente em políticas ou investimentos robustos, esses avanços reposicionam o tema como base para a construção de uma economia da adaptação, capaz de transformar riscos climáticos em oportunidades de desenvolvimento por meio de investimentos em infraestrutura resiliente, agricultura sustentável e soluções baseadas na natureza. Para governos, empresas e investidores, planos de adaptação



Apresentação do Projeto Amazônia 2030 na COP30, em Belém (PA)

passam a ocupar lugar central nas decisões de crédito, investimento e ordenamento territorial.

As discussões sobre finanças climáticas também evidenciaram os limites da arquitetura financeira atual para responder, em volume e velocidade, às necessidades dos países em desenvolvimento. A proposta brasileira de mobilização de recursos deixou claro que, sem ajustes nessa arquitetura, a transição não alcança o volume necessário para responder aos desafios colocados. Para o setor

financeiro, o recado é claro: avançar depende menos de novas promessas e mais da estruturação de projetos, da mitigação de riscos — inclusive cambiais e institucionais — e da coordenação entre políticas públicas, regulação e capital privado.

Mesmo em temas com avanços mais limitados, como o debate sobre combustíveis fósseis, a Conferência reforçou que parte das decisões econômicas e industriais tende a avançar por fora do multilateralismo tradicional, mais conectada à economia real, à indústria e às cadeias produtivas. Nesse contexto, energia, indústria e sistemas produtivos emergem como espaços centrais de transformação.

A industrialização verde passa a ser tratada não apenas como agenda climática, mas como estratégia econômica, conectando competitividade, inovação tecnológica, financiamento e inserção internacional. Para países como o Brasil, trata-se de uma oportunidade concreta de alinhar desenvolvimento produtivo e transição climática, ainda que permeada por desafios relevantes de coordenação, financiamento e execução.

Esse conjunto de sinais orienta o próximo ciclo. Em 2026, o desafio central deixa de ser formular

diagnósticos e passa a ser implementar soluções, fortalecer a economia da adaptação e avançar em arranjos capazes de alinhar crescimento econômico e transição sustentável.

Nesse sentido, ganha ainda mais relevância a construção do campo de Produtividade & Sustentabilidade. Em 2025, avançamos do debate conceitual para uma estratégia prática, com frentes definidas, temas prioritários e arranjos voltados à geração de evidências e ao apoio à tomada de decisão. Em 2026, essa agenda entra em uma fase decisiva de implementação, com o lançamento de iniciativas, a produção de conhecimento aplicado e a ativação de soluções capazes de dialogar com decisões públicas e privadas.

Este Relatório de Atividades se insere nessa trajetória. Além de apresentar as iniciativas apoiadas ao longo de 2025, reúne aprendizados, escolhas estratégicas e evidências que ajudam a compreender como o Instituto Itaúsa vem atuando para transformar debate em ação. Ao compartilhar projetos, parcerias e temas centrais da nossa atuação, buscamos contribuir para a qualificação da agenda pública, apoiar decisões mais informadas e fortalecer um ecossistema capaz de avançar de forma consistente na construção de soluções para o Brasil.

Nada disso seria possível sem a confiança e o engajamento dos parceiros, das organizações apoiadas, da equipe da Itaúsa e do Instituto, dos Conselheiros, acionistas e investidores. A todos, nosso agradecimento. Seguimos comprometidos em contribuir para um Brasil mais preparado, resiliente e capaz de transformar desafios climáticos e econômicos em oportunidades reais de desenvolvimento.





O Instituto em números

INVESTIMENTO EM PATROCÍNIOS E DOAÇÕES
R\$ 52.550.468,33

44

Parceiros

55

Projetos

PROJETOS APOIADOS POR TRANSIÇÃO-CHAVE:

Uso do Solo, Água e
Sistemas Alimentares

23

Energia e
Materiais

8

Sistemas
Urbanos

8

PROJETOS TRANSVERSAIS
(se enquadram em mais de uma transição-chave)

9

PATROCÍNIOS

7





PRODUTIVIDADE & SUSTENTABILIDADE

Do conceito à ação: como o Instituto Itaúsa avança na construção de um novo campo para o Brasil



Desde sua criação, o Instituto Itaúsa é orientado por um entendimento central: Produtividade & Sustentabilidade caminham juntas e são indissociáveis de uma estratégia de desenvolvimento econômico capaz de responder aos desafios contemporâneos do Brasil.

Em 2024, o tema foi desenvolvido a partir de escuta ativa, reflexões conceituais, articulação de diferentes vozes e apoio a projetos, com o objetivo de transformar desafios ambientais em oportunidades reais de crescimento.

Já em 2025, o Instituto deu um passo decisivo, estruturando uma estratégia de Produtividade & Sustentabilidade que estabelece prioridades, define formas de atuação e cria as bases para consolidar essa abordagem como um novo referencial econômico no país.



O desenvolvimento dessa estratégia foi desenhado em parceria com a consultoria brasileira Integration, especializada em estratégia e gestão para apoiar empresas e organizações em processos de crescimento, eficiência e transformação.

“A visão de Produtividade & Sustentabilidade do Instituto estava clara, mas o desafio era aterrissar esse conceito, entender como ele se traduz em prioridades, parceiros, processos e ações concretas”, explica Paulo Piccini, sócio da Integration.

A estratégia se ancora na premissa de que produtividade e sustentabilidade são interdependentes. Modelos mais produtivos ampliam a capacidade de investimento em soluções sustentáveis, enquanto sistemas mais sustentáveis fortalecem a eficiência e a resiliência no médio e longo prazo. A partir dessa leitura, o Instituto Itaúsa direciona sua atuação para além do apoio a iniciativas isoladas, apoiando a construção de um campo estruturado de Produtividade & Sustentabilidade no Brasil.

“O objetivo é fortalecer um grupo que já entende que essas dimensões não se excluem”, observa Piccini. “Quanto mais produtivos somos, mais recursos temos para investir em soluções sustentáveis. E quanto mais sustentável é o modelo, mais ele permite a produtividade no médio e longo prazo”.

O campo de Produtividade & Sustentabilidade busca reunir organizações, pesquisadores, empresas e formuladores de políticas públicas que compartilhem dessa mesma leitura e atuem de forma coordenada. Entre seus objetivos estão catalisar iniciativas que alinhem crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social, além de institucionalizar essa abordagem como referência para decisões estratégicas e políticas públicas no Brasil.



Três transições para estruturar a ação

Para dar forma a essa ambição, a estratégia organiza a atuação do campo nas três transições-chave apoiadas pelo Instituto, que concentram oportunidades relevantes de impacto econômico, social e ambiental:

Uso do Solo, da Água e Sistemas Alimentares, Energia e Materiais, e Sistemas Urbanos.

Esses eixos dialogam com desafios já amplamente debatidos na sociedade, mas que ganham nova força quando analisados sob a lente integrada da produtividade e da sustentabilidade. Ao redor dessas transições, a estratégia também incorpora temas transversais, como inovação e transformação digital, saúde do trabalhador, infraestrutura resiliente, qualidade do ambiente regulatório, educação e abertura comercial.

Do desenho à ativação

Além de definir prioridades, a estratégia estabelece como esse campo deve operar na prática. Foram definidos níveis de atuação, tipos de parcerias, papéis dos diferentes atores, mecanismos de governança, critérios de seleção de parceiros e um planejamento de ativação

A ideia é atuar por meio de *advocacy*, produção de conhecimento, investimentos e fortalecimento institucional, que podem ser traduzidos em atividades diversas, como pesquisas científicas; capacitação e formação; criação de metodologia para pilotos; laboratórios de inovação; integração internacional; financiamento de projetos; eventos e encontros estratégicos.

ao longo do tempo. O objetivo é garantir foco, coordenação e métricas claras desde o início.

No curto prazo, o Instituto assume um papel central como agente fomentador dessa agenda. “Um campo como esse não nasce espontaneamente”, destaca Piccini. “Nos primeiros anos, é fundamental ter liderança clara, recursos dedicados e alguém puxando a agenda, articulando parceiros e financiando os primeiros passos”.

Em 2026, essa agenda entra em uma nova etapa de maturação, com a realização de um grande encontro dedicado à consolidação do campo de Produtividade & Sustentabilidade no Brasil. Concebida como um espaço de convergência entre os universos da sustentabilidade e da produtividade, a iniciativa deve reunir pesquisadores, formuladores de políticas públicas, lideranças empresariais e atores internacionais. O objetivo é combinar a consolidação de diagnósticos e evidências





com a construção de uma visão estratégica compartilhada, articulando o debate acadêmico, o diálogo com tomadores de decisão e a inserção do Brasil no contexto internacional — conectando “o mundo no Brasil e o Brasil no mundo”, especialmente à luz da agenda de descarbonização e dos legados da COP30. A iniciativa reflete a ambição do Instituto de ir além da reflexão conceitual, contribuindo ativamente para organizar, articular e projetar esse campo no longo prazo.

Conhecimento como base: o papel da Rede Virtual

A estratégia se materializa, entre outras iniciativas, na **Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade**, projeto lançado em 2025 com apoio do Instituto Itaúsa. A Rede é uma iniciativa interinstitucional com pesquisadores da FGV, PUC-Rio, USP, sediada no Insper, que reúne economistas que já atuavam na intersecção entre economia, clima e natureza, mas de forma dispersa, organizando esse esforço em torno de uma agenda comum. A iniciativa pretende posicionar o Brasil como centro de excelência na produção de evidências para a nova economia.

“A motivação da Rede nasce da percepção de que esse campo precisa de massa crítica de conhecimento para balizar decisões de política pública. Existe uma capacidade instalada importante no universo acadêmico, especialmente da nova geração. A Rede organiza esse esforço, fortalece a pesquisa e cria uma comunidade em torno dessa agenda”, explica Juliano Assunção, economista e coordenador do projeto.

Além da produção acadêmica, a Rede atua na tradução de evidências em narrativas acessíveis ao debate público, mostrando como a sustentabilidade impacta diretamente variáveis econômicas. “Temos um exemplo de estudo anterior à criação da Rede, que mostra como a conservação florestal impacta diretamente variáveis econômicas, como o preço da energia elétrica ou a segurança hídrica, ampliando o entendimento de que sustentabilidade também é uma questão de eficiência e competitividade”, diz Assunção.

“Quando mostramos que o desmatamento afeta o regime de chuvas e a geração de energia, estamos conectando floresta, economia e bem-estar”, afirma o economista. “Isso muda a conversa e amplia o número de atores interessados em soluções”.



Um caminho para o futuro

Ao estruturar sua estratégia de Produtividade & Sustentabilidade em 2025, o Instituto Itaúsa dá um passo relevante para transformar uma visão ambiciosa em decisões, projetos e alianças concretas. Para além do apoio a iniciativas, o Instituto busca fortalecer alianças, organizar esforços e contribuir para que o Brasil ocupe um papel de protagonismo na construção de uma economia produtiva e positiva.

“Pensar produtividade e sustentabilidade de forma integrada não é apenas desejável, é necessário”, reforça Assunção. “O Brasil tem ativos únicos e precisamos nos apropriar dessa agenda. Organizar esforços, gerar evidências e construir pontes entre conhecimento e decisão é parte fundamental desse caminho. Creio que a Rede, com um grupo de economistas acadêmicos, pode ajudar a construir massa crítica sobre esse potencial brasileiro. Por isso também é interessante termos o Instituto Itaúsa, que é vinculado a uma grande holding, tão dedicado ao tema. É um sinal importante que ilustra o potencial de Produtividade & Sustentabilidade”.

Essa leitura de potencial para o Brasil é compartilhada pelo sócio da Integration, Paulo Piccini.



“Ao organizar esse esforço em um campo, criamos as condições para institucionalizar essa agenda e avançar para um novo paradigma de desenvolvimento. O Brasil tem ativos como agricultura, indústria e um capital natural incomparável, e pode, sim, ocupar um papel protagonista global se conseguir articular essas forças de forma estratégica”.

PAULO PICCINI
Sócio da Integration



COP30

Da negociação à implementação: um novo ciclo da ação climática

Um dos grandes destaques de 2025 foi a realização da **30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30)** em Belém (PA), um marco relevante da agenda climática internacional. Em um cenário de intensificação dos impactos físicos da mudança do clima e crescente demanda por resultados concretos, a Conferência sinalizou uma virada de foco da negociação para a implementação, com avanços importantes em **temas centrais como adaptação, justiça climática e financiamento**.

Um dos pontos altos do evento foi a incorporação definitiva da adaptação climática ao núcleo das decisões multilaterais (leia mais na [página 22](#) deste relatório, no capítulo sobre adaptação climática). A COP30 também avançou ao reconhecer formalmente o papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como atores estratégicos da ação climática, ao fortalecer iniciativas ligadas a florestas e soluções baseadas na natureza.



Mesa de abertura da C.A.S.E na COP30, em Belém (PA) com lideranças das empresas participantes

Protagonismo brasileiro

Sediar a Conferência no Brasil, especialmente em uma cidade amazônica, representou um forte peso simbólico e político para o país. O Brasil retomou protagonismo climático, ampliou sua capacidade de articulação internacional.

Para o Instituto Itaúsa, a COP30 representou o ponto de convergência de uma jornada construída ao longo do ano, marcada por participação ativa em fóruns preparatórios, articulações estratégicas e amadurecimento de uma atuação voltada à implementação. Durante 2025, o Instituto esteve presente em eventos como II Fórum de Finanças do Clima e Natureza, *London Climate Week*, São Paulo *Climate Week*, Rio de Janeiro *Climate Week* e Pré-COP, em Brasília (DF).

“Essa jornada preparatória impactou diretamente a atuação do Instituto, orientando o apoio a projetos, a construção de parcerias e a escolha de frentes capazes de conectar conhecimento, decisão e ação. Ao chegarmos a Belém, a COP já não era um evento isolado, mas o resultado de um processo contínuo de escuta, articulação e posicionamento. Da mesma forma, essa trajetória não se encerrou com o fim da Conferência, ela se projeta até

o próximo ciclo”, destaca Marcelo Furtado, diretor executivo do Instituto Itaúsa e *head* de sustentabilidade da Itaúsa.

Soluções como fio condutor

A COP30 evidenciou que a ação climática entrou em uma nova fase: não se trata mais apenas de reconhecer riscos ou reforçar compromissos, mas de acelerar a implementação de soluções capazes de operar em escala. Nesse contexto, o setor privado foi reconhecido como ator decisivo dessa transição — não apenas pelo volume de capital que mobiliza, mas por sua capacidade de transformar inovação, tecnologia e modelos de negócio em resultados concretos.

A experiência recente tornou mais evidente que o avanço da agenda climática está cada vez mais associado à capacidade de articular soluções existentes com políticas públicas, mecanismos de financiamento e arranjos institucionais orientados à implementação. Ao longo desse processo, ficou claro que a transformação da economia real depende da articulação entre atores públicos e privados, da redução de riscos e da construção de caminhos viáveis para escalar soluções que já funcionam.

Essa leitura dialoga diretamente com o propósito de atuação do Instituto Itaúsa, que vem investindo na construção de espaços de articulação capazes de aproximar soluções, tomadores de decisão e setores estratégicos da economia brasileira.



“Nossa participação na COP30 abriu espaço para aprofundar o diálogo com setores-chave, contribuindo para a construção de agendas estruturantes para o desenvolvimento do país. Atuamos de forma integrada com as investidas da Itaúsa, fortalecendo uma narrativa comum e baseada em soluções, demonstrando que o setor empresarial brasileiro está comprometido com escalabilidade, inovação e impacto positivo”, conta Furtado.

Instituto Itaúsa na COP30

C.A.S.E

Climate Action Solutions & Engagement

Uma das principais apostas do Instituto Itaúsa na COP30, a C.A.S.E. consolidou-se como uma coalizão inédita entre as empresas Itaúsa, Itaú Unibanco, Bradesco, Natura, Nestlé, Vale e Marcopolo, criada para demonstrar que o Brasil já dispõe de soluções climáticas maduras, escaláveis e prontas para implementação. O espaço reuniu mais de 100 palestrantes e 1.600 visitantes, ao longo de sete dias de programação dedicada a destravar projetos concretos nas agendas de clima e natureza.

Mais do que um espaço de debate, a C.A.S.E. funcionou como plataforma de convergência entre empresas dispostas a avançar conjuntamente, sinalizando que o setor privado brasileiro está preparado para assumir um papel mais ativo na aceleração da transição climática.



Primeiro encontro de coelaboração dos Acordos Estratégicos pela Bioeconomia

Como desdobramento, a C.A.S.E. articulou, em parceria com o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) e a SBCOP (*Sustainable Business COP30*), a entrega à Presidência da COP de um pacote de soluções escaláveis para 2026, consolidando o papel do Brasil como polo de inovação climática liderada pelo setor produtivo.

CAS'A AMAZONIA

Criada pelo Instituto Itaúsa, Instituto Arapyaú e Uma Concertação pela Amazônia, a Cas'Amazonia foi concebida como um espaço colaborativo de diálogo, troca e construção conjunta. Com mais de 32 atividades, 90 palestrantes e 1.000 visitantes, a iniciativa conectou conservação ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social, reforçando a Amazônia como território estratégico para soluções climáticas integradas.

A Cas'Amazonia contribuiu para qualificar o debate sobre soluções baseadas na natureza, bioeconomia e modelos econômicos sustentáveis, dialogando diretamente com o papel central das florestas na COP30 e com a necessidade de mecanismos financeiros capazes de reconhecer seu valor climático e econômico.



Lançamento do Relatório de Monitoramento do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas

SBCOP *Sustainable Business COP*

Aliança global criada em 2024 e liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a SBCOP reúne empresas, instituições e parceiros estratégicos de diferentes países com o objetivo de impulsionar o protagonismo do setor privado na agenda climática internacional.



Durante a COP30, a SBCOP reuniu mais de 60 federações industriais de países como Estados Unidos, Japão, China e Alemanha, sinalizando uma abertura relevante da indústria brasileira e global ao diálogo transversal sobre clima, mesmo em um contexto geopolítico desafiador. O Instituto Itaúsa participou ativamente dos grupos de trabalho de Bioeconomia e Finanças, contribuindo com visão estratégica e articulação técnica em debates sobre financiamento, transição produtiva e soluções baseadas na economia real.

CASA SUL GLOBAL

A Casa Sul Global foi uma iniciativa da *Alianza Socioambiental Fondos del Sur* e da Rede Comuá, reunindo parcerias com dezenas de organizações independentes da América Latina, África e Sudeste Asiático. Com apoio do Instituto Itaúsa, o espaço funcionou durante a COP30 como uma plataforma de diálogo, articulação e produção de conhecimento voltada a fortalecer o protagonismo das soluções locais no debate climático internacional.



Ao longo da Conferência, a Casa promoveu debates, encontros e painéis dedicados a temas como financiamento climático e justiça socioambiental. A iniciativa contribuiu para ampliar a visibilidade de abordagens desenvolvidas nos territórios do Sul Global, reforçando que respostas eficazes à crise climática passam pela valorização de soluções enraizadas nas realidades locais e pela construção de mecanismos financeiros mais justos e inclusivos.



Jornada Amazônica



Relatório de Soluções em Clima e Natureza
do Brasil e Paper Coalizão Florestas

“

“A COP30 consolidou direções estratégicas que já estavam em curso, como o apoio a soluções baseadas em evidências, o fortalecimento de capacidades institucionais, a articulação entre atores e o olhar para adaptação e implementação de soluções. Essa jornada continua e reforça nosso compromisso com uma agenda climática que reúna conhecimento, decisão e impacto real”, conclui Marcelo Furtado.



ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA

Do risco à resiliência: adaptação como estratégia econômica

Um dos destaques da COP30 foi a relevância inédita dada à adaptação climática, que passou a ser reconhecida não apenas como resposta aos impactos, mas como condição para proteger economias, ativos e sistemas produtivos em funcionamento.

O tema integrou o texto final da conferência, que consolidou 59 indicadores para orientar o acompanhamento dos esforços de adaptação pelos países. Em articulação com o Objetivo Global de Adaptação (GGA), previsto no Acordo de Paris, e com os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), esses indicadores buscam fortalecer a capacidade dos países de monitorar a implementação das ações e contribuir para maior previsibilidade e direcionamento dos fluxos de financiamento destinados ao tema.

Neste mesmo contexto, foi assumido o compromisso de triplicar os recursos destinados à adaptação climática até 2035, reconhecendo que enfrentar os impactos climáticos já em curso é tão estratégico quanto reduzir emissões.



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: AMPLIANDO A RESPOSTA CLIMÁTICA

A adaptação climática envolve estratégias, políticas e investimentos voltados a reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência de territórios, infraestruturas, cadeias produtivas e comunidades frente aos impactos climáticos já em curso.

Mais do que reagir a crises, adaptar-se significa incorporar riscos físicos às decisões econômicas e ao desenho de políticas públicas. Em um mundo mais quente, adaptação não substitui a mitigação, mas se torna condição para proteger vidas, ativos e sustentar a produtividade no longo prazo.

Economia da adaptação

O desafio agora é transformar esse reconhecimento em decisões econômicas concretas, capazes de mobilizar investimentos e acelerar a implementação de soluções escaláveis. Para que esse compromisso se traduza em ação, é necessário enfrentar um dos principais entraves à implementação: o financiamento.

É nesse contexto que se insere o projeto **Investindo em Adaptação às Mudanças Climáticas**, desenvolvido pela FGV, em parceria com a Morphosis (Suíça) e Paulson Institute (EUA – China), e apoiado pelo Instituto Itaúsa. A iniciativa busca catalisar investimentos privados em adaptação climática ao mapear barreiras, oportunidades e necessidades de financiamento, produzindo evidências para engajar o setor privado e orientar políticas públicas no Brasil.

Os estudos do projeto mostram que, apesar da crescente proeminência do tema no debate internacional, a adaptação permanece fortemente subfinanciada. De acordo com o relatório “Financiamento para Adaptação às Mudanças Climáticas: dos fluxos monitorados ao potencial inexplorado”, embora o financiamento climático global

alcance cerca de US\$ 2 trilhões por ano, menos de 4% desse montante é destinado explicitamente à adaptação, majoritariamente por meio de recursos públicos. Até 2030, os países em desenvolvimento precisarão mobilizar mais de US\$ 200 bilhões anuais para reduzir perdas econômicas associadas às mudanças climáticas.

É nesse cenário que emerge o conceito de economia da adaptação, que propõe reconhecê-la como um campo econômico estratégico, capaz de gerar retorno financeiro, inovação, empregos e ganhos de produtividade. A adaptação passa a ser entendida como o conjunto de atividades, bens, serviços e instituições que promovem prosperidade em um mundo impactado pelo clima, desde infraestrutura resiliente e agricultura adaptada até soluções financeiras, dados climáticos e tecnologias sociais.



Investir para adaptar

“A adaptação ainda é vista como custo, quando na verdade é investimento em resiliência”, afirma Annelise Vendramini, pesquisadora em finanças sustentáveis e líder do projeto. “Sem políticas que criem previsibilidade e alinhem incentivos, o capital privado tende a permanecer à margem”.

Um dos principais resultados gerados pelo projeto é a proposição de um *Framework* de Políticas Públicas para a Economia da Adaptação, apresentado no relatório “O surgimento da economia de adaptação: investindo em adaptação e resiliência em um mundo com temperatura média acima de 1,5°C”. O documento parte da premissa de que a adaptação precisa deixar de ser um conjunto de projetos isolados e passar a operar como um ecossistema econômico estruturado, capaz de gerar escala, reduzir riscos e tornar os retornos visíveis para investidores.

O *framework* é composto por sete domínios interligados de política pública: resiliência econômica; expectativas de risco e mudança comportamental; capacidade do mercado financeiro; empreendedorismo, inovação e difusão tecnológica; qualidade e robustez da infraestrutura; eficiência e integridade da governança; e coesão social.



“A lógica é a seguinte: a gente vai viver num mundo acima de 1,5°C, talvez até acima de 2°C”, resume Vendramini. “Isso significa que toda a economia vai ter que ser uma economia de adaptação. Foi a partir dessa constatação que começamos a propor, nesses relatórios, um caminho para estruturar essa nova economia”.

Instrumentos como tarifas preferenciais para infraestrutura resiliente, empréstimos condicionados a metas de adaptação e obrigações de relato de riscos físicos climáticos em balanços empresariais ilustram como esse modelo pode operar na prática.

Decisões econômicas em um mundo +2°C

Um dos grandes desafios da adaptação é transformar projeções climáticas em informações utilizáveis para decisões concretas de investimento, planejamento urbano e gestão pública. É justamente

esse o foco do **Cidade +2°C**, programa do Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Insper, apoiado em 2025 pelo Instituto Itaúsa.

A iniciativa analisa como riscos climáticos se traduzem em impactos econômicos sobre cidades, ativos urbanos, serviços públicos e finanças municipais. Seu objetivo é apoiar governos, empresas e a sociedade civil na identificação de riscos, na formulação de projetos, na avaliação de opções de financiamento e no desenvolvimento de métricas de monitoramento e avaliação, contribuindo de forma direta para a adaptação urbana à mudança do clima.





“O que a gente observa é que os impactos climáticos já estão acontecendo, mas ainda são pouco incorporados aos modelos de decisão”, explica Hannah Arcuschin, cocoordenadora do programa. “Quando conseguimos demonstrar como eventos extremos afetam receitas públicas, o valor dos ativos urbanos ou a continuidade de serviços essenciais, a adaptação deixa de ser abstrata e passa a fazer parte da lógica econômica”.

Estruturado em três pilares (pesquisa, ensino e laboratório), o **Cidade +2°C** atua como uma plataforma de disseminação de conhecimentos e práticas que ampliam a resiliência de baixo carbono e preparam os municípios para um futuro mais justo e sustentável.

Lançado em meados de 2025, ele já foi apresentado em fóruns estratégicos, como a COP30. Entre os principais produtos do projeto estão estudos de caso sobre cidades que vêm avançando em suas estratégias de adaptação, como o relatório já publicado sobre Barcarena (PA), que analisa os vínculos entre urbanismo, saneamento e resiliência climática na Amazônia.



Adaptação onde ela é mais urgente: periferias e vulnerabilidade urbana

Os impactos da mudança climática atingem de forma desproporcional favelas e periferias, onde déficits históricos de infraestrutura e serviços ampliam a exposição a riscos. Pensando nisso, foi criado o projeto **Retratos: Adaptação Climática nas Periferias**, desenvolvido pelo Instituto Decodifica e apoiado pelo Instituto Itaúsa.

A iniciativa produz diagnósticos georreferenciados sobre enchentes, perdas e danos ambientais em cidades como Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Luís (MA), preenchendo uma lacuna crítica de dados oficiais nesses territórios. A metodologia de Geração Cidadã de Dados (GCD) capacita lideranças comunitárias a coletar e analisar informações, transformando experiências locais em evidências para orientar estratégias de adaptação.

Como resultado, riscos como enchentes, ilhas de calor e insegurança hídrica deixam de ser apenas relatos e passam a informar decisões públicas e privadas. O projeto também estrutura núcleos comunitários de diálogo com o poder público e desenvolve um guia metodológico replicável, ampliando a incidência baseada em evidências para direcionar investimentos em mitigação de desastres urbanos.

Em dezembro de 2025, o projeto recebeu o Prêmio Periferia Viva, concedido pela Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, que reconhece e fortalece iniciativas periféricas voltadas à transformação dos territórios, ao enfrentamento das desigualdades e à promoção do desenvolvimento social.



Oficina no Rio de Janeiro
Retratos: Adaptação Climática nas Periferias

Fortalecer capacidades para adaptar

Capacitação em adaptação também é fundamental dentro das instâncias públicas. O **AGP Ação Climática - RS**, iniciativa do Instituto Votorantim, atua exatamente nesse setor.

O projeto apoia dez municípios do Rio Grande do Sul por meio de diagnósticos territoriais, capacitação de equipes técnicas e apoio à formulação de planos de adaptação baseados em evidências.



Três Cachoeiras (RS) encerra etapa do Programa AGP e apresenta ações de prevenção climática.
Fotos: site da prefeitura de Três Cachoeiras (RS)



Três Cachoeiras (RS) encerra etapa do Programa AGP e apresenta ações de prevenção climática.
Fotos: site da prefeitura de Três Cachoeiras (RS)

A abordagem integra gestão de riscos, planejamento público e participação comunitária, com foco na redução de vulnerabilidades e no aumento da resiliência no longo prazo.

A relevância dessa atuação se tornou ainda mais evidente após os eventos extremos que atingiram o estado em 2024. Embora o projeto não tenha sido concebido como resposta emergencial, sua atuação preventiva dialoga diretamente com os desafios expostos pelas enchentes, ao preparar os territórios para lidar com riscos climáticos recorrentes de forma estruturada.

ADAPTAÇÃO NO CENTRO DA AGENDA ECONÔMICA BRASILEIRA

A adaptação à mudança climática deixou de ser uma resposta pontual a eventos extremos e passou a se afirmar como um vetor estruturante do desenvolvimento econômico. No Brasil, essa transição é urgente.

“Somos um país de renda média, com um PIB per capita em torno de US\$ 10 mil. A mudança climática já está nos afetando e o risco real é ver essa renda cair no longo prazo”, afirma Annelise Vendramini. Quando combinada a fragilidades estruturais já conhecidas, a crise climática tem potencial de alterar profundamente a trajetória da economia brasileira.

Esse risco se manifesta com especial intensidade nas cidades, onde vivem mais de 80% da população, de acordo com o IBGE. Infraestrutura precária, déficit de serviços e ocupação desordenada ampliam os impactos de eventos climáticos sobre saúde, mobilidade, saneamento e habitação. “Ao trazer a lente climática para o ambiente urbano, estamos potencializando vulnerabilidades que já não damos conta hoje”, alerta Vendramini.

Para Hannah Arcuschin, o primeiro passo para reduzir a vulnerabilidade dos municípios é tornar o risco climático operacional. “Hoje, o que os municípios podem fazer é mapear riscos”, resume. De acordo com ela, o risco climático resulta da combinação entre ameaça (como chuvas intensas ou ondas de calor), exposição (pessoas, infraestrutura e ativos) e vulnerabilidade, que determina a capacidade de resposta dos territórios. “A chuva pode ser a mesma em um bairro rico e em um bairro pobre, mas o efeito é completamente diferente”, observa.

A partir desse mapeamento, torna-se possível definir prioridades, orientar investimentos e articular respostas integradas entre áreas como saneamento, mobilidade, habitação, saúde e planejamento urbano, em diferentes níveis de governo.

Em um campo ainda em construção, monitorar resultados, testar soluções e ajustar estratégias com base em evidências é parte central do processo. “A adaptação precisa ser aprendida na prática e incorporada às decisões que definem onde, como e em que o país investe”, conclui Arcuschin.

DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA

Competitividade verde para um novo ciclo de desenvolvimento

Enquanto a adaptação prepara economias e territórios para os impactos climáticos já em curso, a descarbonização estabelece as bases para um crescimento econômico que respeite os limites ambientais e reduza os riscos climáticos no longo prazo. Reduzir emissões não é apenas uma resposta sustentável, mas também uma escolha estratégica sobre produtividade, competitividade e posicionamento internacional.

O Brasil ocupa uma posição singular nesse cenário. A combinação entre matriz elétrica majoritariamente limpa, abundância de recursos naturais, capacidade industrial instalada e potencial para a bioeconomia, cria condições para que transição climática se traduza em oportunidades concretas em energia, indústria, bioeconomia e finanças. O desafio está em transformar esse potencial em valor integrado, conectando energia limpa, indústria verde, inovação tecnológica e financiamento.

A partir dessa perspectiva, o Instituto Itaúsa apoia iniciativas que integram a descarbonização às estratégias de produtividade, inovação e competitividade da economia brasileira.

Finanças climáticas em ação

A descarbonização só avança quando as decisões financeiras acompanham o discurso. Com esse objetivo, o projeto **Ações de Capacitação e Engajamento do Hub de Finanças Climáticas**, incubado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), atua para aproximar compromissos climáticos internacionais da prática empresarial no Brasil. O Conselho do *Hub* é presidido por **Joaquim Levy**, ex-ministro da Fazenda, reforçando o diálogo com o sistema financeiro e a agenda econômica.

O principal instrumento dessa atuação é a adaptação da ferramenta *Transition Arc* ao contexto nacional. Criada pela organização britânica *Climate Arc*, a metodologia avalia como empresas e instituições financeiras incorporam metas climáticas em suas estratégias, governança e planos de transição.

Ao longo de 2025, a ferramenta foi aplicada com sucesso no Brasil em 63 empresas. Destas, 31 tiveram suas avaliações integradas à plataforma global. O processo também resultou na produção de dois cadernos setoriais (elétrico e de óleo e gás), com análises sobre como empresas do setor estão se preparando para a descarbonização.

O diferencial do *Hub* está no acompanhamento contínuo. As avaliações são combinadas com reuniões periódicas, análises comparativas e conversas estruturadas com as empresas. “É uma ferramenta muito robusta, mas o mais importante é o que acontece em torno dela. Não se trata de um retrato isolado, mas de um processo de aprendizado”, explica Thaís Ferraz, diretora programática do iCS. “Esse acompanhamento cria condições reais de evolução”.

Com o aprofundamento das relações, o *Hub* amplia seu escopo e passa a discutir o posicionamento internacional do setor produtivo brasileiro. A agenda vai além da conformidade com padrões e passa a explorar oportunidades concretas de protagonismo na economia de baixo carbono.



Energia limpa, planejamento e inovação

A transição energética também se constrói a partir do território, do planejamento e da inovação. Um exemplo é o projeto **Renováveis e Neoindustrialização Verde e Justa no Nordeste Brasileiro**, também conduzido em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS). Realizada em 2025, a iniciativa buscou fortalecer a base técnica da transição energética no país, com foco no Nordeste como território estratégico.

Essa atuação se materializou no lançamento do edital “Apoio a estudos e iniciativas para a Transição Energética e Industrial Verde e Justa”, voltado à seleção de projetos capazes de conectar energia limpa, indústria e desenvolvimento regional.

O edital recebeu 210 propostas, sendo 33% oriundas de instituições do Nordeste, e contemplou sete linhas

temáticas, que vão de cadeias industriais verdes e arcabouço regulatório a armazenamento de energia, bioenergia e descarbonização do transporte. Ao final do processo, 13 propostas foram selecionadas, formando um portfólio diverso e complementar de soluções.

Os estudos e iniciativas selecionados contribuem para ampliar o repertório técnico disponível e apoiar decisões em níveis nacional e regional, além de estimular a articulação entre setor produtivo, academia e formuladores de políticas públicas.

Já o projeto **Desenhando o Futuro da Transição Energética Brasileira**, liderado pela FGV Clima, atuou no planejamento de longo prazo ao apoiar a formulação do Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE), integrando análises econômicas, climáticas e setoriais.

Em 2025, o projeto avançou, com a sistematização de boas práticas nacionais e internacionais, engajamento multissetorial e a realização de um *workshop* final para disseminação de recomendações. O objetivo é reduzir incertezas regulatórias e criar um horizonte mais claro para decisões de investimento e políticas públicas.



Lançamento do Edital
Foto: Adriano Andrade





Bioeconomia, rotas brasileiras e financiamento da transição

O projeto **Financiamento Climático e Bioeconomia: Estratégia de Descarbonização e Preparação para a COP30**, liderado pelo Instituto E+ Transição Energética, parte do conceito de que não existe uma única rota de descarbonização válida para todos os países. Para o Brasil, insistir exclusivamente em caminhos pensados a partir da realidade europeia, como eletrificação total ou hidrogênio verde, pode significar perda de recursos e competitividade.

O trabalho do E+ dedica-se a reconhecer, validar e escalar rotas biológicas, como os biocombustíveis e soluções baseadas na bioeconomia, alinhadas às características produtivas brasileiras. Isso envolve desenvolvimento técnico, além de reconhecimento internacional, uma vez que muitos desses combustíveis de baixo carbono ainda não estão plenamente incorporados a listas globais de certificação e elegibilidade.

Essa lógica orienta os relatórios produzidos pela iniciativa, como o “Atlas do Futuro Industrial do Brasil 2025” e o “Financiando a Transição: Análise e Recomendações sobre Mecanismos de Financiamento”. Os estudos mostram que o principal gargalo da descarbonização brasileira não é tecnológico, mas institucional e financeiro. Falta clareza sobre o que financiar e sob quais critérios, além de instrumentos que mitiguem riscos e deem previsibilidade aos investidores.

É nesse ponto que a dimensão econômica se torna central. “A nossa teoria da mudança parte de um princípio claro: não haverá enfrentamento adequado da mudança climática se as rotas que

estamos propondo não fizerem sentido em termos de prosperidade econômica, geração de empregos e desenvolvimento”, afirma Rosana Santos. “Enfrentamento climático bem realizado é aquele que vem junto com prosperidade econômica”.

Descarbonizar para gerar valor

Em conjunto, esses projetos apontam para uma mesma direção: descarbonizar a economia brasileira é menos sobre importar modelos prontos e mais sobre construir caminhos próprios, ancorados em evidências, vantagens comparativas e na realidade produtiva do país.

Quando bioeconomia, financiamento climático, inovação tecnológica e políticas públicas avançam de forma articulada, a transição deixa de ser percebida como custo ou restrição. A descarbonização passa a se consolidar como estratégia de desenvolvimento, capaz de gerar prosperidade, empregos qualificados e posicionamento competitivo em um mundo cada vez mais orientado por critérios climáticos.

“

O Brasil tem uma vantagem comparativa enorme nas rotas biológicas, mas isso só vira estratégia quando essas soluções são reconhecidas técnica e institucionalmente”, explica Rosana dos Santos, diretora do E+ e líder do projeto. “Hoje, muitos biocombustíveis simplesmente não entram nas listas globais e o desafio é criar critérios que reflitam a nossa realidade produtiva”.



AGRICULTURA REGENERATIVA

Produtividade, adaptação e valor econômico na transição do agro

Historicamente, a agropecuária ocupa um lugar central na economia brasileira. O setor responde por uma parcela relevante do PIB, da geração de empregos, das exportações e da segurança alimentar do país. Ao mesmo tempo, concentra alguns dos principais desafios socioambientais, como o uso intensivo do solo, a pressão sobre florestas e recursos hídricos e a emissão de gases de efeito estufa.

Nesse cenário, a agricultura regenerativa se consolida como uma estratégia estruturante para o futuro do agro brasileiro, pois oferece ganhos simultâneos de produtividade, resiliência climática e eficiência econômica. Solos mais saudáveis, maior retenção de água, diversificação produtiva e redução da dependência de insumos externos se traduzem em menor risco, maior estabilidade da produção e novas oportunidades de geração de valor.

Além de contribuir para a descarbonização, a agricultura regenerativa atua diretamente na adaptação às mudanças climáticas. Ao reduzir perdas associadas a secas, chuvas intensas e eventos extremos, ela fortalece a segurança produtiva e a competitividade de longo prazo, o que é especialmente estratégico para um país de base agroexportadora como o Brasil.





O QUE É AGRICULTURA REGENERATIVA?

A agricultura regenerativa reúne práticas e princípios voltados a restaurar a saúde dos ecossistemas agrícolas sem comprometer (e podendo até ampliar) a produtividade.

Entre seus elementos centrais estão a proteção e regeneração do solo, o aumento da matéria orgânica e da biodiversidade microbiana, a melhoria do ciclo da água, a valorização da biodiversidade e a redução da dependência de insumos químicos. Trata-se de uma abordagem baseada em ciência, manejo adaptado aos biomas tropicais e visão integrada do território, conectando produção, conservação e pessoas.

Articulação, formação e escala

A atuação do Instituto Itaúsa em agricultura regenerativa parte da compreensão de que a transição do agro não ocorre por uma única via. Ela exige articulação política, formação técnica e modelos capazes de ganhar escala e se sustentar economicamente no longo prazo.



Coleta para análise de solo em projeto da Folio em parceria com a UFSCar

O **Projeto Nova Agricultura**, da Folio, atua no campo da formação técnica e da experimentação prática, enfrentando um dos principais gargalos da transição para modelos produtivos mais sustentáveis: a escassez de profissionais capacitados em agricultura regenerativa.

Desenvolvido na Fazenda Escola Lagoa do Sino, integrada à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), interior de São Paulo, o projeto opera como um laboratório a céu aberto. Em uma área de 370 hectares de lavoura, são testadas, validadas e demonstradas práticas regenerativas em condições reais de produção, combinando pesquisa, ensino e extensão.

A iniciativa impacta diretamente 1.140 alunos de cursos como engenharia agrônoma, ambiental, de alimentos, administração e ciências biológicas. Ao longo de pelo menos seis ciclos produtivos de grãos em clima tropical, o projeto constrói um conjunto consistente de dados, diagnósticos e manejos agrônômicos orientados à agricultura regenerativa orgânica.

Além da formação acadêmica, o **Nova Agricultura** prevê ações estruturadas de extensão rural, com compartilhamento de conhecimento

com produtores e impacto inicial relevante na microrregião produtora de grãos do interior paulista. O projeto também contribui para a organização de protocolos e recomendações que viabilizam a transição produtiva em assentamentos agrários estratégicos da região.

Já a **Frente Empresarial para a Regeneração da Agricultura (FERA)**, apoiada pelo Instituto Itaúsa e conduzida pelo Instituto O Mundo Que Queremos (IOMQQ), é a única iniciativa nacional liderada por produtores rurais de diferentes perfis, regiões e sistemas produtivos, e foi organizada para dar voz a quem já pratica a agricultura regenerativa no Brasil.

Ao reunir produtores que implementam a regeneração em seus territórios, a **FERA** fortalece o protagonismo do campo na transição ecológica e contribui para qualificar o debate público. Sua atuação combina incidência em debates regulatórios, participação em agendas institucionais e produção de conteúdo estratégico, ampliando a presença do tema em espaços de decisão, eventos setoriais e veículos especializados.

Agricultura Regenerativa Tropical: ciência aplicada, finanças e adaptação climática

O apoio do Instituto Itaúsa ao projeto **Agricultura Regenerativa Tropical**, conduzido pela Fundação Dom Cabral, reforça a estratégia de apoiar iniciativas capazes de gerar valor econômico, reduzir riscos estruturais e fortalecer a competitividade do agro brasileiro, integrando produtividade, sustentabilidade e adaptação climática.

O projeto parte de um diagnóstico direto dos principais entraves à transição. O primeiro é financeiro: o sistema bancário opera com base em décadas de histórico associado à agricultura convencional. O segundo é o risco enfrentado por produtores, especialmente pequenos e médios, para quem a mudança pode significar perda de renda no curto prazo. O terceiro gargalo está no acesso à ciência aplicada, ainda concentrado em grandes grupos.

“A ciência existe, mas ela custa. Quem tem acesso a ela consegue avançar mais rápido. O desafio é democratizar esse conhecimento e transformar evidência científica em prática de campo”, destaca Marcello Brito, coordenador do projeto.

Para enfrentar esses desafios, a iniciativa combina produção científica, definição de princípios,

indicadores e métricas e a criação de um Índice de Agricultura Regenerativa Tropical. Inspirado em modelos de avaliação de risco e desempenho, o índice organiza a adoção de práticas regenerativas em níveis progressivos, tornando a informação comparável e operacional.

O índice integra sistemas já utilizados no agro. Produtores podem informar sua participação em iniciativas técnicas, científicas ou de mercado (como plataformas da Embrapa, protocolos privados ou certificações) e avançar conforme práticas adotadas e resultados produtivos e ambientais são comprovados.

Com isso, é possível reduzir assimetrias de informação e permitir ao sistema financeiro avaliar melhor o risco associado à atividade agrícola. Produtores posicionados em níveis mais avançados tendem a apresentar menor exposição a eventos extremos, maior estabilidade produtiva e menor risco reputacional, fatores centrais nas análises de crédito. Esse conjunto de evidências amplia o acesso a financiamento, permite prazos mais longos e viabiliza condições mais favoráveis.



De acordo com Brito, o índice é parte de uma engrenagem mais ampla. “O que nós estamos buscando é acoplar a ciência hoje existente às melhores práticas de produção e de conservação. Mas, para isso ganhar escala, o sistema financeiro precisa entrar como acelerador”.





Agricultura regenerativa como adaptação climática

Além de contribuir para a melhoria dos sistemas produtivos, a agricultura regenerativa vem se consolidando, segundo estudos setoriais e institucionais no Brasil, como uma estratégia concreta de adaptação às mudanças climáticas. Análises conduzidas pela Fama re.capital, com base em evidências científicas e dados de campo, indicam que sistemas produtivos regenerativos apresentam maior estabilidade e menor exposição a riscos climáticos, reduzindo a variabilidade interanual da produtividade em até 40% quando comparados a sistemas convencionais.

Os estudos também apontam que o manejo conservacionista do solo, associado a práticas regenerativas, pode evitar reduções de rendimento de até 12% em anos de déficit hídrico moderado.

“Quando vem um extremo climático, a área regenerativa perde menos. Isso é adaptação na prática. É redução de risco produtivo e econômico”, conclui Brito.



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Escala, inovação e valor para o desenvolvimento

Restaurar florestas é um dos maiores desafios (e também uma das maiores oportunidades) da agenda climática brasileira. A degradação do uso do solo responde por uma parcela significativa das emissões nacionais, mas também concentra um enorme potencial de regeneração ambiental, econômica e social. Não por acaso, a restauração ocupa posição central nas metas globais e nacionais.

Um estudo do Imaflora indica que a restauração de 12 milhões de hectares até 2030 pode gerar R\$ 19 bilhões para o PIB brasileiro e criar mais de 5 milhões de empregos, dos quais cerca de 2,5 milhões diretamente no campo. Os números reforçam que a restauração florestal não é apenas uma resposta ambiental à crise climática, mas também uma alavanca relevante de desenvolvimento econômico e inclusão produtiva no país.

12 milhões

DE HECTARES ATÉ 2030

- esta é a meta brasileira de restauração florestal, estabelecida no Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e assumida pelo Brasil em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), no contexto do Acordo de Paris.



Transformar essa ambição em realidade exige mais do que metas. Restaurar milhões de hectares em escala demanda ciência aplicada, inovação tecnológica, instrumentos financeiros adequados e coordenação entre atores públicos e privados. Reconhecer a restauração como oportunidade econômica é condição para estruturar cadeias produtivas, reduzir riscos climáticos e gerar valor sustentável no longo prazo.

Coordenação pré-competitiva para viabilizar a escala

Avançar na restauração florestal em escala no Brasil exige coordenação entre atores, alinhamento de agendas e a construção de condições econômicas e institucionais que reduzam riscos e deem previsibilidade ao setor. É a partir dessa leitura que se estrutura o **Movimento Pré-Competitivo Empresarial pela Restauração Florestal**.

Após uma fase inicial de mobilização e alinhamento estratégico, em 2024, o **Movimento**

avançou, em 2025, para uma etapa de maior estruturação operacional e entregas concretas. Foram consolidadas frentes de trabalho temáticas, definidas agendas prioritárias e ampliada a inserção do **Movimento** em espaços nacionais e internacionais relevantes.

A atuação se organiza de forma pré-competitiva e colaborativa, por meio de quatro frentes: Mercado & Finanças, com foco em instrumentos de garantia e mecanismos de financiamento; Operacional, voltada ao desenvolvimento da Plataforma de Conhecimento em Restauração Florestal – Floraz; Restauração, Agronegócios e Código Florestal, dedicada à identificação de áreas e modelos produtivos para restauração; e *Advocacy*, responsável pela incidência estratégica e articulação institucional, em parceria com a Ibá.

Com coordenação do Instituto Arapyauí, essa trajetória inicial permitiu fortalecer a articulação entre os participantes, consolidar posicionamentos e ampliar a visibilidade da agenda de restauração florestal.

Ciência aplicada para destravar escala

A iniciativa **Inteligência Natural: Ciência e Tecnologia para Destravar Restauração em Escala** nasceu do diagnóstico de que a restauração, da forma como é praticada hoje, não escala na velocidade necessária sem um investimento consistente em ciência, tecnologia e inovação.

O projeto iniciou suas atividades no fim de 2025 e está estruturando um laboratório de restauração de longo prazo, concebido como um parque científico e tecnológico. A proposta é transformar áreas restauradas em plataformas permanentes

de experimentação, capazes de gerar evidências, arranjos ecológicos mais eficientes, custos reais de implantação e fatores que aumentam a permanência da vegetação ao longo do tempo.

De acordo com Strassburg, as limitações atuais vão além da disponibilidade de terra. Faltam conhecimento técnico aplicado, dados confiáveis, redução de custos e instrumentos financeiros capazes de diminuir o risco percebido pelos investidores. É justamente para enfrentar essas lacunas que o laboratório está sendo desenhado.

Embora o processo de experimentação em campo ainda não tenha começado, a ambição é criar uma infraestrutura científica contínua, capaz de alimentar políticas públicas, orientar investimentos e apoiar modelos econômicos de restauração em larga escala. Em sua primeira fase, com duração prevista de cinco anos, o projeto pretende implementar 5 mil hectares de áreas restauradas, testando metodologias e tecnologias com potencial real de escalabilidade.



“O Brasil tem um potencial enorme de restauração que ainda é pouco explorado. Um exemplo claro são os terrenos em aclave, áreas declivosas que não competem com a agricultura de alta produtividade, mas que podem ser extremamente estratégicas para a restauração. Se conseguirmos viabilizar esses territórios, o ganho de escala será muito significativo”, explica Bernardo Strassburg, economista especializado em planejamento ambiental e líder do projeto.



Inovação para viabilizar a restauração em larga escala

Ciência e inovação caminham juntas para transformar conhecimento em operação de larga escala. Essa é a lógica aplicada pelo ***Restoration Climaccelerator – Enabling Amazon Large Scale Restoration Through Innovation*** (em tradução livre: Programa de Aceleração Climática para Restauração - Viabilizando a restauração da Amazônia em larga escala por meio da inovação). O programa partiu do mapeamento de mais de 100 *startups* e soluções ligadas à cadeia da restauração, desde produção de mudas e sementes até monitoramento ambiental, bioinsumos, seguros, financiamento e regularização fundiária. A partir desse diagnóstico, cinco soluções foram selecionadas para um ciclo estruturado de aceleração, por sua capacidade de endereçar gargalos críticos à escala da restauração.

As cinco soluções passaram por diagnósticos técnicos e financeiros, fortalecimento de capacidades internas e preparação para implementação em campo, com foco em viabilidade econômica, redução de riscos e impacto mensurável.

O trabalho também gerou o “Mapeamento de inovações para cadeia da restauração do Brasil”, com diversos diagnósticos acerca de inovações voltadas para gargalos no setor. Uma das análises desse relatório mostra que 66% das iniciativas mapeadas ainda não geram receita suficiente para validar mercado, apesar do alto potencial ambiental e tecnológico. O dado reforça a importância de programas de aceleração voltados especificamente à restauração florestal.





FINANÇAS BASEADAS NA NATUREZA

Mesmo com avanços em ciência e inovação, a restauração florestal só ganha escala quando o financiamento deixa de ser exceção e passa a operar como mercado. É justamente essa deficiência que o **Nature Investment Lab (NIL)** vem enfrentando ao estruturar uma plataforma colaborativa de finanças baseadas na natureza, capaz de transformar projetos de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) em ativos investíveis.

A iniciativa do Instituto Clima e Sociedade (iCS), BNDES, Banco do Brasil, GFANZ e Instituto Itaúsa atua de forma coordenada em três frentes complementares: **regulação, estruturação e padronização**, interligando política pública, capital privado e execução territorial.

REGULAÇÃO

Criar as condições para o capital fluir

O ponto de partida foi compreender por que o financiamento de SbN ainda encontra tantas barreiras. Um diagnóstico identificou 33 entraves institucionais, dando origem a um *policy brief* com 12 recomendações para aprimorar o ambiente regulatório. Parte dessas propostas foi incorporada ao programa EcolInvest, do Tesouro Nacional, incluindo três medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, o que ampliou a credibilidade do instrumento junto ao sistema financeiro. O NIL também contribuiu tecnicamente para o desenho do segundo leilão do EcolInvest, direcionado à conversão de pastagens degradadas.

ESTRUTURAÇÃO

Transformar projetos em oportunidades de investimento

Em paralelo, o laboratório avançou na estruturação da oferta. Foram mapeadas 83 iniciativas ligadas à restauração, agricultura regenerativa e bioeconomia, com potencial de investimento superior a US\$ 250 milhões. A partir desse universo, cinco empresas passaram por um ciclo aprofundado de consultoria financeira, que incluiu diagnóstico econômico, modelagem de riscos, desenho de instrumentos de financiamento combinado e preparação para captação. A experiência resultou ainda na produção de dois guias técnicos, voltados à estruturação financeira e à atração de capital para projetos de SbN.

PADRONIZAÇÃO

Reduzir riscos e custos de transação

Outro eixo do trabalho foi a criação de referências capazes de dar previsibilidade às operações. Entre as principais entregas está o primeiro contrato público e balanceado de *off-take* (contrato de compra futura) do país, hoje utilizado como referência em projetos de restauração florestal e créditos de carbono. Soma-se a isso o Manual de Risco Territorial, metodologia que já vem sendo aplicada por mais de 50 organizações para qualificar análises de risco socioambiental e apoiar decisões de investimento.

Restauração como estratégia econômica

Esses exemplos de projetos apoiados pelo Instituto Itaúsa ao longo de 2025 demonstram as bases necessárias para que a restauração florestal deixe de ser apenas uma agenda de conservação e passe a ser reconhecida como estratégia econômica de longo prazo.



Ciência aplicada reduz incertezas, inovação amplia capacidade operacional e finanças baseadas na natureza destravam o capital necessário para escalar soluções. Nesse movimento pré-competitivo, a restauração se consolida como instrumento para recuperar o uso do solo, estruturar cadeias produtivas, criar condições para a geração de emprego e renda, reduzir emissões e posicionar o Brasil como referência global em soluções baseadas na natureza.



Projetos apoiados

Conheça os projetos apoiados pelo Instituto Itaúsa em 2025, aqui categorizados de acordo com a **transição-chave** à qual mais se vinculam - **Uso do Solo, da Água e Sistemas Alimentares, Energia e Materiais, e Sistemas Urbanos**. Os casos que se enquadram em mais de uma transição estão sob a categoria **Transversal**.

USO DO SOLO, DA ÁGUA E SISTEMAS ALIMENTARES

Instituto de Apoio a Uma Concertação pela Amazônia*

PROJETO: *Uma Concertação pela Amazônia / Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 2 milhões*

A iniciativa Uma Concertação pela Amazônia busca consolidar um espaço plural para reflexão, proposição e ação em torno das Amazônias, envolvendo mais de 800 pessoas e 300 organizações. O projeto promove o diálogo entre diferentes atores, catalisa recursos para iniciativas estruturantes e qualifica o debate público sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Organizado em Grupos de Trabalho (GTs) como bioeconomia, educação, ordenamento territorial e saúde, o projeto propõe uma abordagem integrada para enfrentar os desafios complexos da região. A Concertação já implementou iniciativas de impacto, como o Itinerários Amazônicos (IAM) e o Fundo Catalisador da Agenda Fundiária (FAF), visando promover políticas públicas efetivas e o desenvolvimento sustentável na região.

**Em 2024, o projeto Uma Concertação pela Amazônia foi apoiado pelo Instituto Itaúsa, tendo o Instituto Arapyaú como fiscal sponsor. Em 2025, a iniciativa passou a contar com CNPJ próprio.*



Aldeia Tikã
Foto: Divulgação Conexão Povos da Floresta

Instituto Conexão Povos da Floresta

PROJETO: *Rede Conexão Povos da Floresta*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*



A Rede Conexão Povos da Floresta atua com o objetivo de conectar, por meio de internet banda larga, mais de 1 milhão de pessoas em mais de 9 mil comunidades tradicionais na Amazônia. Até dezembro de 2025, mais de 2 mil comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas já foram conectadas pelo projeto. Com uma abordagem que vai além da conectividade, o projeto fortalece a governança local, promove a proteção territorial e facilita o acesso a serviços de saúde, educação e empreendedorismo.

As comunidades recebem kits de conectividade e de energia solar (quando não há energia estável) para garantir a continuidade da conexão, enquanto o aplicativo Conexão Povos da Floresta permite que cada comunidade gerencie o uso da rede de forma segura, com regras definidas coletivamente e filtros de acesso. Organizado em Grupos de Trabalho (GTs), o projeto promove inclusão digital, proteção territorial, empreendedorismo e preservação cultural, estabelecendo uma infraestrutura sólida e sustentável que apoia a cidadania e os direitos dos povos da floresta.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS

PROJETO: COP30: Articulação Empresarial
- Economia Positiva - Clima, Natureza e Pessoas

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 970 mil

Esta iniciativa mobilizou o setor empresarial para apoiar o Brasil na liderança da COP30, com foco na promoção da bioeconomia, englobando a economia regenerativa e inclusiva. Também apoiou estudos sobre soluções financeiras inovadoras, *Sustainability Linked Bonds* (SLBs) e Títulos Verdes, fortalecendo a bioeconomia e buscando contemplar também a energia do futuro. Em parceria com o CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o projeto incluiu oficinas de cocriação de soluções sustentáveis que resultaram em dois Acordos Estratégicos pela Bioeconomia, coelaborados por cerca de 35 empresas associadas ao CEBDS e organizações parceiras. Os Acordos foram lançados em Belém (PA) na segunda semana da COP 30 e têm como cronograma a construção de condições habilitadoras em 2026 e a implementação em 2027.



Juliana Lopes, diretora de Natureza e Sociedade do CEBDS, e empresas no almoço de lançamento dos Acordos Estratégicos pela Bioeconomia

Instituto Arapyaú

PROJETO: Relatório de Soluções em Clima e Natureza do Brasil e Paper Coalizão Florestas

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 370 mil

O Relatório Soluções do Brasil para o Clima e a Natureza é parte de um amplo esforço para consolidar o Brasil como uma liderança global na transição climática e conectar iniciativas empresariais, sociedade civil, academia e filantropia. Ele destaca soluções em seis áreas-chave: Agricultura, Energia, Economia Circular, Florestas, Carbono e Mineração.

Outro produto gerado por meio deste projeto é o livro Soluções Brasileiras para Desafios Globais: indicados ao *Earthshot Prize*, realizado com a organização do Prêmio *Earthshot*, que reconhece indivíduos, entidades ou organizações por suas contribuições ao ambientalismo e ao combate às mudanças climáticas. O livro destaca o papel do Brasil como provedor de soluções, mostrando seu reconhecimento em uma das maiores premiações ambientais do mundo.

Já o *paper* O protagonismo das Florestas Brasileiras na Agenda Climática Global - um panorama com foco nos maiores biomas florestais e na silvicultura, realizado por uma coalizão do setor florestal, é um documento estratégico sobre o papel das florestas brasileiras nas mudanças climáticas. O *paper* foca em três frentes principais: conservação de florestas nativas, restauração ecológica de áreas degradadas e plantios florestais voltados à indústria.

Fundação Dom Cabral

PROJETO: *Agricultura Regenerativa Tropical*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 700 mil*

O modelo de Agricultura Regenerativa Tropical atua na criação de um modelo técnico e estratégico para uma agricultura que fortaleça a resiliência climática nos biomas brasileiros. A iniciativa fundamenta-se em cinco pilares: água, clima, solo, carbono, biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico, integrando-os em práticas agrícolas adaptadas a cada bioma. O projeto fundamenta-se no desenvolvimento de dois componentes principais: um modelo técnico, composto por uma plataforma digital integrada a um Índice de Agricultura Regenerativa Tropical (Índice Ag-Reg) sustentado por tecnologia e inteligência de dados, e um modelo de governança que assegure a sensibilização de produtores rurais e empresas sobre práticas regenerativas, ao mesmo tempo em que promove o engajamento de toda a cadeia produtiva e garante uma governança transparente para a adesão dos *stakeholders*. Promove, ainda, uma abordagem de transformação ecológica e adaptação às mudanças climáticas, alinhada ao Plano de Transformação Ecológica do governo brasileiro.



Foto: Nature Investment Lab

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *Nature Investment Lab | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 2 milhões*

O *Nature Investment Lab* é uma iniciativa multissetorial que busca destravar o fluxo de capital para Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no Brasil, superando barreiras regulatórias, financeiras e técnicas que limitam sua escala. Liderado por um secretariado independente, sob coordenação da Climate Ventures e com apoio técnico do Instituto Clima e Sociedade (iCS), o NIL promove a articulação entre governo, setor privado e filantropia para desenvolver instrumentos financeiros inovadores, aprimorar políticas públicas e reduzir custos de transação.



Foto: Nature Investment Lab

Fundação SOS Pró-Mata Atlântica

PROJETO: *Aliança para Conservação e Restauração da Mata Atlântica em Territórios Estratégicos do Sudeste do Brasil | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 2 milhões*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 4,5 milhões*

A Aliança para Conservação e Restauração da Mata Atlântica em Territórios Estratégicos do Sudeste do Brasil atua para promover a conservação e a restauração da Mata Atlântica por meio da criação de uma aliança multissetorial, envolvendo proprietários de terras, empresas, entidades públicas e instâncias de governança. A iniciativa é implementada nas bacias hidrográficas do médio Tietê e Paraíba do Sul e tem como objetivo articular esforços para proteger áreas remanescentes e restaurar a vegetação nativa. Além da restauração ecológica, o projeto atua na mobilização social, educação ambiental, geração de conhecimento e fortalecimento da governança local, criando um modelo de atuação territorial integrado e replicável para outras regiões.



Aliança para conservação e restauração da Mata Atlântica



Estande educativo sobre o projeto de conservação e restauração da Mata Atlântica

Associação Quintessa

PROJETO: *Climaccelerator – Enabling Amazon Large Scale Restoration Through Innovation*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 310 mil*

Este projeto tem como propósito trazer inovações para os desafios da restauração ambiental em larga escala no Brasil, superando barreiras ligadas à eficácia operacional, custos e aderência territorial. A iniciativa atua na seleção, fomento e implementação de *startups*, tecnologias e inovações voltadas a pontos estratégicos da cadeia de restauração, como regularização fundiária, sementes e mudas (P&D e bioinovação), capacitação técnica, monitoramento remoto (carbono, água, incêndios e solo) e mecanismos de financiamento e seguros, apoiando o desenvolvimento de inovações com modelos de negócio e impacto socioambiental positivo.

Instituto Folio

PROJETO: *Transição Tropical | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025:
R\$ 1,5 milhão

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 2,6 milhões*

O Projeto Transição Tropical é uma iniciativa do Instituto Folio, em parceria com o campus Fazenda Escola Lagoa do Sino (FELS), da UFSCar, para o desenvolvimento de um novo modelo agrícola regenerativo e orgânico para o país, a partir da produção de grãos. Iniciado em 2024, o projeto pretende transformar 100% da área produtiva da FELS, retirando gradativamente insumos químicos e fertilizantes sintéticos, à medida em que novos processos e tecnologias são incorporados ao modelo produtivo. Para tanto, a iniciativa trabalha com mais de uma dezena de parceiros, entre produtores, institutos de pesquisa e empresas de bioinsumos. Localizada no município de Buri, no sudoeste de São Paulo, uma das regiões menos desenvolvidas do estado, a FELS tem potencial para gerar impacto direto no desenvolvimento local e na formação de modelos produtivos mais resilientes.



Instituto Igarapé

PROJETO: *II Fórum de Finanças Climáticas e de Natureza*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 250 mil*

O Fórum de Finanças Climáticas e de Natureza funciona como um espaço estratégico de engajamento entre os setores financeiro, governamental e de inovação, promovendo práticas e políticas financeiras voltadas à sustentabilidade. Seu propósito é mobilizar recursos, ampliar capacidades e incentivar soluções que apoiem a transição para uma economia verde e de baixo carbono.

Com temas como justiça climática, biodiversidade, industrialização verde e reformulação das arquiteturas financeiras globais, a iniciativa incentiva a troca de conhecimento e a formação de parcerias estratégicas. A segunda edição do Fórum consolida a iniciativa como um ambiente de diálogo e cooperação, contribuindo para que o Brasil alinhe sua estratégia de desenvolvimento à sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e ao seu Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAPs), avançando no enfrentamento dos desafios globais de sustentabilidade.





Bio Economy Amazonia Summit

Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI

PROJETO: *Jornada Amazônia - Plataforma de Inovação em Negócios da Bioeconomia na Amazônia | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 2 milhões*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 4 milhões*

A Jornada Amazônia tem como objetivo estimular um ecossistema robusto de negócios inovadores, sustentáveis e escaláveis da bioeconomia na Amazônia, promovendo a competitividade da floresta em pé, tanto conservada quanto restaurada. A iniciativa busca acelerar o surgimento de novas *startups* e fortalecer as que já existem, criando condições para o crescimento de empreendimentos de impacto positivo para o território.

Para isso, o projeto ampliará a principal plataforma de inovação em negócios da bioeconomia amazônica, estruturada em uma jornada empreendedora completa, desde a ativação e capacitação de talentos, até a criação, aceleração e investimento em *startups*. Ao estimular a cultura empreendedora e ampliar o *pipeline* de negócios sustentáveis, a Jornada Amazônia atrai a indústria como parceira, codesenvolvedora e investidora, promovendo diversificação, eficiência e produtividade nas cadeias de valor da biodiversidade.



Evento Jornada Amazônica

Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus

PROJETO: *Dinamização e Mercados para a Sociobioeconomia Brasileira*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

O projeto tem como objetivo estruturar e ativar soluções que ampliem e diversifiquem os mercados das cadeias da sociobioeconomia. Dessa forma, fortalece negócios comunitários de impacto socioambiental e amplia a geração de renda para povos e comunidades tradicionais. A iniciativa propõe uma ação integrada, que combina o engajamento de setores compradores e o fortalecimento de negócios agregadores com potencial de escala e acesso a mercados mais exigentes. Atuando em cinco cadeias prioritárias (cacau, açaí, castanha, sementes oleaginosas e mercados institucionais), o projeto articula inteligência de mercado, assessoria comercial, estruturação de mecanismos financeiros, contribuindo para o fortalecimento da sociobioeconomia brasileira.



Fórum Brasileiro de Segurança Pública

PROJETO: *Segurança e Justiça Social como Indutoras do Desenvolvimento Sustentável e da Proteção da Amazônia | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 700 mil

VALOR TOTAL INVESTIDO: R\$ 1,4 milhão

O projeto busca fortalecer as capacidades do Estado no enfrentamento ao crime organizado na região amazônica, por meio da produção de informações qualificadas sobre a economia criminal, da articulação entre instituições e níveis de governo, e da documentação e disseminação de políticas públicas promissoras, como as operações Curupira, o Programa Ouro Alvo, a FICCO, entre outras iniciativas mapeadas e divulgadas no âmbito da COP30.

A iniciativa também se dedica a compreender os impactos da economia criminal sobre o território amazônico, analisando suas formas de governança, a exploração de infraestrutura e modais logísticos nacionais, e as conexões com as cadeias globais do narcotráfico, do desmatamento e do garimpo ilegal. A partir desse diagnóstico, o projeto pretende avaliar os efeitos dessas atividades ilícitas sobre a economia formal e sobre os direitos e a segurança das populações locais.

Sitawi

PROJETO: *Expansão do Movimento Viva Água*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 1 milhão

O Movimento Viva Água é uma iniciativa multiatores e multisetorial - idealizada pela Fundação Grupo Boticário e realizada por meio de uma ampla cooperação entre instituições - que promove a segurança hídrica e a adaptação climática por meio da conservação de mananciais estratégicos e da dinamização de economias locais sustentáveis. A partir das experiências na bacia do Rio Miringuava (PR) e na Baía de Guanabara (RJ), o MVA expandirá, entre 2025 e 2030, para quatro novos territórios. Em 2025, a expansão foi iniciada no Sistema Cantareira (SP e MG): Manancial que abastece 46% da Grande São Paulo; e nas Bacias dos rios Joanes e Jacuípe (BA): Responsáveis por fornecer água para 40% da Região Metropolitana de Salvador.

Nestes 2 novos territórios, 67 instituições foram mobilizadas, 70 projetos mapeados, dos quais 16 foram estruturados e fortalecidos. Estas soluções, que passam pela conservação e recuperação de áreas degradadas, pelo

fortalecimento de negócios de impacto, pelo turismo responsável, pela promoção de práticas agrícolas sustentáveis e pela viabilização de estruturas de governança e de financiamento, demonstram que só será possível avançarmos por meio da cooperação multisetorial, conectando empresas, governo, academia e sociedade civil.

O modelo já apresenta resultados concretos: em Miringuava (PR), são 30 mil hectares impactados, cerca de 90 hectares em processo de restauração, mais de 150 produtores e 20 negócios fortalecidos. Na Baía da Guanabara (RJ), são 150 mil hectares impactados, 39 iniciativas socioambientais apoiadas e 50 negócios fortalecidos. Em 2026, o MVA chegará a mais dois mananciais estratégicos para o abastecimento público, os quais contribuem para o abastecimento das regiões metropolitanas de Fortaleza/CE e de Belo Horizonte/MG, totalizando 6 territórios de atuação.

Instituto Internacional para Sustentabilidade - IIS

PROJETO: *Inteligência Natural: Ciência e Tecnologia para Destruir Restauração em Escala*
INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 750 mil*

Esta iniciativa propõe a criação do maior experimento de campo de restauração ecológica do mundo. Com base em ciência de ponta, tecnologia e inovação, o projeto visa destravar os principais gargalos técnicos e financeiros da restauração em larga escala, especialmente em biomas como Mata Atlântica e Amazônia. Em sua primeira fase (de cinco anos de duração), implementará 5 mil hectares de áreas restauradas, testando metodologias e tecnologias como RPAs, biochar, IA e modelos preditivos. Com isso, gerará um impacto direto na geração de créditos de carbono, biodiversidade e inclusão socioeconômica. A ambição é estabelecer um modelo replicável e sustentável para restaurar milhões de hectares, assegurando permanência e escalabilidade.



Centro de Referência em Informação Ambiental - CRIA

PROJETO: *Fortalecimento Institucional*
INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 500 mil*

O projeto Fortalecimento Institucional tem como objetivo ampliar a capacidade técnica e operacional do CRIA, organização responsável pelo SpeciesLink, sistema que conecta coleções biológicas e instituições de pesquisa em todo o país. A iniciativa prevê a contratação de equipe especializada em tecnologia e comunicação, criando as condições necessárias para que o SpeciesLink seja integrado a usos estratégicos voltados à transição ecológica e econômica do Brasil, fortalecendo a aplicação de dados científicos em políticas públicas, inovação e desenvolvimento sustentável.



Dr. Paulo Artaxo em apresentação sobre o CRIA na COP30, em Belém (PA)

Instituto Amazônia 4.0

PROJETO: *Laboratório Criativo da Amazônia Cupuaçu - Cacau/Chocolate para o Povo Indígena Paiter Suruí*
INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 500 mil*

O projeto Laboratório Criativo da Amazônia – Cupuaçu-Cacau leva uma fábrica-escola itinerante ao território indígena Paiter Suruí. O foco é promover capacitação técnica e produção de itens de alto valor agregado a partir de insumos como cacau e cupuaçu. A iniciativa articula tecnologias da Indústria 4.0 com saberes tradicionais para fomentar bionegócios comunitários, fortalecer a identidade ancestral e conservar a floresta. Com atenção especial à inclusão de jovens e mulheres, o projeto prevê a prototipação de novos produtos e conecta-se à implantação futura de uma biofábrica escalável, em parceria com o Grupo Carrefour Brasil. Trata-se de uma solução concreta que integra conservação ambiental, geração de renda e protagonismo indígena na construção da nova economia da floresta.

Instituto O Mundo Que Queremos

PROJETO: *Frente Empresarial para a Regeneração da Agricultura (FERA)*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 520 mil*

A FERA visa consolidar e amplificar a influência da agricultura regenerativa no Brasil. A iniciativa atua de maneira inédita ao reunir produtores de diferentes tamanhos, regiões e sistemas produtivos em torno de princípios comuns de sustentabilidade e produtividade. Após uma fase inicial de estruturação e visibilidade institucional, a segunda e atual fase do projeto tem como foco a expansão do grupo, a articulação política e a consolidação da agricultura regenerativa como uma referência legítima e influente no agro nacional. A FERA pretende construir uma identidade comum para esse novo agro, articulando vozes dispersas e legitimando um projeto coletivo de transição sustentável.

Centro de Apoio à Faculdade de Saúde Pública da USP

PROJETO: *Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 375 mil*

O projeto Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, da Faculdade de Saúde Pública da USP, promove diálogo e reflexão, produz conhecimento e exerce incidência sobre o debate público e as políticas públicas voltadas a sistemas alimentares, fundamentando sua transição para modelos mais justos e sustentáveis. Entre 2025 e 2027, a iniciativa concentrará esforços na produção de estudos sobre inovação no setor agroalimentar e no aperfeiçoamento de instrumentos dos principais programas estratégicos do país. Além disso, seguirá promovendo eventos, formações e publicações que influenciem políticas públicas e fortaleçam sua atuação em fóruns internacionais, como já se verificou em relação à COP 30 e às três últimas presidências do G20, contribuindo para um debate qualificado e para a construção, consolidação e expansão de soluções concretas de transformação.



Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *The Brazil NbS Investment Collaborative*
- A Nature-Based Solutions (NbS) Investment Accelerator

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 1,2 milhão

O *Brazil NbS Investment Collaborative* busca estruturar e escalar soluções baseadas na natureza como um setor econômico viável no Brasil. Com o país sendo responsável por 73% das emissões de GEE provenientes da agricultura e do desmatamento, a iniciativa mobilizou US\$ 5 bilhões até a COP30 para um pipeline organizado de oportunidades de investimento. O projeto inclui a estruturação de uma plataforma de inteligência de investimentos, *matchmaking* entre investidores e empreendedores, *roadshows* e eventos para mobilização de capital.



Instituto Regenera

PROJETO: *Na Mesa da COP30*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 730 mil

O Instituto Regenera trabalhou na articulação de organizações da sociedade civil que atuam na agenda dos sistemas alimentares para garantir que alimentos agroecológicos e da sociobiodiversidade amazônica estivessem no centro da alimentação da COP30. A iniciativa teve como objetivo assegurar refeições saudáveis, acessíveis e produzidas pela agricultura familiar e sociobiodiversidade para os participantes da Conferência, reforçando que a alimentação é parte da solução para a crise climática e contribuindo para um legado duradouro nos sistemas alimentares locais.

Além da articulação política, do mapeamento da base produtiva e das estratégias de comunicação e engajamento com a sociedade civil, o projeto foi responsável pelo Restaurante da Sociobio, liderado pela Central do Cerrado e pela Rede Bragantina, que serviu aproximadamente 90.000 refeições durante o evento, com 75% dos ingredientes da agricultura familiar e da sociobiodiversidade brasileira.



Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

PROJETO: *Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 500 mil*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 1 milhão*

A Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano tem como objetivo gerar conhecimento aplicado, fortalecer capacidades institucionais e influenciar processos de tomada de decisão públicos e privados voltados à inclusão produtiva de populações vulneráveis no meio rural brasileiro. A iniciativa busca identificar caminhos sustentáveis para ampliar o acesso a oportunidades econômicas, promovendo desenvolvimento local, redução de desigualdades e valorização das economias deste público.



Evento do projeto Amazônia 2030 na COP30, em Belém (PA)

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon

PROJETO: *Amazônia 2030 | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 4 milhões*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 8 milhões*

O Amazônia 2030 é uma iniciativa conjunta do Imazon, PUC Rio (Departamento de Economia), *Climate Policy Initiative* (CPI) e Centro de Empreendedorismo da Amazônia. O objetivo geral do projeto é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, com ênfase no aumento da produtividade das atividades econômicas e na sustentabilidade ambiental.



Participantes do curso Amazônia 2030: Bases para o desenvolvimento sustentável, apoiado pelo Instituto Itaúsa

ENERGIA E MATERIAIS

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT

PROJETO: *Promover a Equidade Racial e Diversidade nos Setores de Energia de Fontes Renováveis e Restauração Florestal, Aliando Produtividade e Sustentabilidade Socioambiental*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 500 mil*

Este projeto tem como objetivo promover a equidade racial e de gênero, integrando esses princípios à sustentabilidade ambiental e à produtividade nos setores energético e de restauração florestal. A iniciativa inclui diagnóstico, produção de conhecimento, formações e mentorias, além do fortalecimento da presença de profissionais negres nos quadros de pessoal e nas cadeias de valor dessas empresas.

Fórum Brasileiro das *Climatechs*

PROJETO: *Fórum Brasileiro das Climatechs*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 520 mil*

O Fórum Brasileiro das *Climatechs* (FBC) é uma organização representativa dedicada a fortalecer o ecossistema de inovação climática no Brasil. A iniciativa busca ampliar o desenvolvimento e a integração das *climatechs*, *startups* que oferecem soluções tecnológicas e escaláveis para mitigação e adaptação climática. Para isso, promove a produção de dados estratégicos, estimula conexões entre empreendedores, investidores e governos e cria novas oportunidades de mercado. Com atuação nacional, o FBC contribui para que a inovação climática se consolide como um vetor de competitividade, geração de empregos e prosperidade na transição para uma economia de baixo carbono.



Startups lançam Fórum Brasileiro de *Climatechs* em reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin e a ministra Marina Silva



Fundação Getúlio Vargas

PROJETO: *Desenhando o Futuro da Transição Energética Brasileira*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 1,3 milhão

O projeto Desenhando o Futuro da Transição Energética Brasileira busca apoiar a formulação do Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE), contribuindo para o estabelecimento de diretrizes para a transição energética no Brasil. A iniciativa apoia o aprimoramento de políticas públicas, promove uma transição energética justa e estimula a adoção de ações concretas voltadas ao crescimento verde, por meio da elaboração de relatórios técnicos, da articulação multissetorial e da consolidação de recomendações práticas para orientar decisões públicas e privadas rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e de longo prazo. Como parte desse processo, está previsto, para março de 2026, um *workshop* reunindo especialistas, representantes da indústria e formuladores de políticas, com o objetivo de disseminar as práticas recomendadas e promover o alinhamento e a troca de perspectivas para o avanço da agenda de transição energética no país.

Instituto E+ Transição Energética

PROJETO: *Financiamento Climático e Bioeconomia: Estratégia de Descarbonização e Preparação para a COP30*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 1 milhão

Esta iniciativa fortalece a atuação do Instituto E+ Transição Energética na promoção de uma economia de baixo carbono no Brasil. O projeto atua em três eixos complementares: o desenvolvimento de mecanismos de financiamento climático que ampliem investimentos em descarbonização e sustentabilidade; a promoção do uso de biocombustíveis nas cadeias produtivas de ferro, aço e fertilizantes, com metodologias de mensuração da pegada de carbono e

mitigação de riscos; e o apoio à preparação do Brasil para a COP30, reforçando a bioeconomia e o papel do país como liderança nas negociações climáticas globais.

Com essa abordagem integrada, o projeto busca mobilizar recursos, influenciar políticas públicas e engajar atores estratégicos, consolidando o Brasil como protagonista na agenda internacional de transição energética e climática.



Evento realizado na COP30, com a participação de Natália Cerri (Instituto Itaúsa) para discussão dos principais achados do relatório técnico “Financiando a transição: análise e recomendações sobre mecanismos de financiamento climático no Brasil”



Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *Renováveis e Neointustrialização Verde e Justa no Nordeste Brasileiro*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

Com foco na expansão das energias renováveis, o projeto busca estimular a criação de *hubs* industriais sustentáveis no Nordeste brasileiro, fortalecendo cadeias de valor e impulsionando o desenvolvimento regional. As ações envolvem modelos de tarifação de energia, operação do sistema elétrico com tecnologias de armazenamento, atração de investimentos para cadeias industriais de baixo carbono, entre outras frentes. A iniciativa pretende reduzir tarifas para consumidores vulneráveis, gerar empregos verdes e ampliar o investimento em soluções produtivas sustentáveis.

Fundação Getúlio Vargas

PROJETO: *Uso de Certificados de Atributos Ambientais em Inventários de GEE Organizacionais*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 460 mil*

Esta iniciativa avalia o uso de certificados de atributos ambientais em inventários organizacionais de emissões de GEE, considerando sua integridade, benefícios ambientais, limitações e boas práticas. A pesquisa aborda o crescente uso de certificados de biocombustíveis, biometano e outros insumos sustentáveis, que vêm ganhando espaço como mecanismos de comprovação da redução de impactos ambientais.

O estudo investiga a confiabilidade desses certificados no relato de emissões organizacionais e em compromissos de sustentabilidade corporativa, evitando distorções como *greenwashing* e duplo relato. Para isso, aplica práticas como: revisão da literatura, pesquisas com empresas tanto do lado da oferta quanto da demanda desses certificados, entrevistas com especialistas e dois seminários *on-line* para engajamento e disseminação dos resultados. O projeto visa oferecer diretrizes práticas para o uso transparente e eficaz desses instrumentos no mercado brasileiro, garantindo que os benefícios ambientais sejam devidamente mensurados e reportados.



Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *Ações de Capacitação e Engajamento do Hub de Finanças Climáticas*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

O *Hub* de Finanças Climáticas busca fortalecer o engajamento do setor financeiro e da economia real na agenda climática, solidificando análises estratégicas e promovendo capacitações para instituições financeiras e empresas. O projeto é implementado no Brasil por um consórcio formado pela FBDS (Fundação Brasileira Desenvolvimento Sustentável), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e CooperaClima e visa consolidar o *Hub* como uma referência no suporte à transição empresarial e no direcionamento de investimentos sustentáveis. Entre as ações previstas, estão a realização de encontros estratégicos com atores-chave, capacitações sobre metodologias climáticas e o fortalecimento institucional da CooperaClima, além da ampliação da participação do *Hub* na COP30.



Foto: Climate Finance Hub Brasil

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *Future Fuels Bridge: conectando e ampliando o impacto climático do Brasil*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,1 milhão*

O *Future Fuels Bridge* (FFB) atua no fortalecimento da base científica e regulatória dos biocombustíveis sustentáveis produzidos no Brasil. O projeto atua na análise técnica dos fatores de emissão associados às principais rotas de biocombustíveis, considerando matérias-primas, uso do solo e processos industriais, com foco na integridade ambiental e na comparabilidade com padrões internacionais. Ao harmonizar parâmetros de emissões e identificar convergências e lacunas regulatórias, o FFB busca qualificar a inserção do Brasil em mercados globais mais exigentes. Seu objetivo é destravar escala, investimentos e credibilidade internacional, contribuindo para a consolidação do país como referência em combustíveis limpos e para o avanço da descarbonização da economia.

SISTEMAS URBANOS

Instituto Água e Saneamento

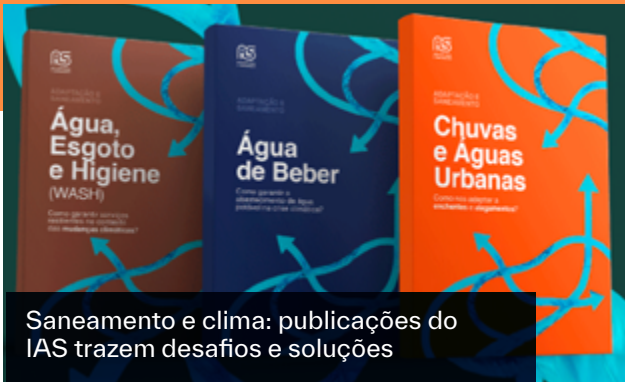
PROJETO: *Fortalecimento Institucional | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 520 mil*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 1 milhão*

Em seu segundo ciclo de planejamento estratégico (2024-2026), o Instituto Água e Saneamento consolida o compromisso de fortalecer o engajamento da sociedade civil com a agenda de saneamento e gestão da água no Brasil. A organização atua para tornar o tema mais acessível e participativo, ampliando o diálogo entre comunidades, especialistas e formuladores de políticas públicas.

Suas ações estão estruturadas em quatro frentes principais: Articulação, Conhecimento, *Advocacy* e Comunicação Cidadã, por meio das quais o Instituto busca sistematizar e disseminar informações qualificadas, monitorar políticas públicas e influenciar a construção de soluções inclusivas e sustentáveis para o saneamento no país.



Saneamento e clima: publicações do IAS trazem desafios e soluções

Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP)

PROJETO: *Mobilidade Urbana: Adaptando Cidades Brasileiras às Mudanças Climáticas*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

O Programa do ITDP visa implementar políticas e projetos alinhados aos princípios de DOTS (Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável), combatendo o espraiamento urbano, a priorização do transporte individual motorizado e a segregação espacial. Isso inclui a identificação e disseminação de boas práticas de desenvolvimento urbano e mobilidade sustentável; elaboração de publicações técnicas e estudos de caso; suporte no planejamento, implementação e avaliação de políticas e projetos urbanos; e oficinas e capacitação técnica para gestores públicos, sociedade civil, academia e setor privado.

Dentro do tema de adaptação e resiliência climática do programa, em 2025, foi desenvolvida a fase 1 do projeto, que inclui pesquisa exploratória para identificar os benefícios socioambientais dessa integração, estudos de caso nacionais e internacionais, e um plano de disseminação com foco na COP30 e no Programa Cidades Verdes e Resilientes do Ministério do Meio Ambiente. Com isso, espera-se fortalecer o planejamento e a capacidade técnica municipal para realizar investimentos estratégicos em mobilidade urbana adaptativa, promovendo cidades mais resilientes e inclusivas.

Inspier

PROJETO: *Cidade +2°C*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,4 milhão*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 1,4 milhão*

O Cidade +2°C, programa do Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Inspier, tem como missão contribuir com a adaptação urbana à mudança climática por meio da integração entre pesquisa aplicada, formação e experimentação. Seu objetivo é apoiar governos, empresas e a sociedade civil na identificação de riscos, formulação de projetos, opções de financiamento e elaboração de métricas de monitoramento e avaliação. A iniciativa posiciona a adaptação como campo de fronteira e agenda central da nova economia, fortalecendo capacidades institucionais e comunitárias, qualificando a governança e reduzindo perdas futuras. Estruturado em três pilares – pesquisa, ensino e laboratório –, o Cidade +2°C é uma plataforma de disseminação de conhecimentos e práticas que aumentam a resiliência de baixo carbono, preparando os municípios para um futuro mais justo e sustentável.



Evento de lançamento do projeto,
em São Paulo

Instituto Comida do Amanhã

PROJETO: *Aprimorar o Luppa - Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,3 milhão*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 1,3 milhão*

O projeto Aprimorar o LUPPA – Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares tem como objetivo fortalecer e expandir essa plataforma colaborativa, que apoia cidades brasileiras na formulação de políticas alimentares integradas, intersetoriais e participativas.

A iniciativa busca aperfeiçoar metodologias, ampliar a rede de municípios participantes e promover intercâmbio de conhecimento técnico e boas práticas entre gestores públicos e organizações locais. Ao consolidar o LUPPA como referência nacional em governança alimentar urbana, o projeto contribui para tornar os sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos.



Atividade durante o LUPPA LAB
em Barcarena (PA)

Instituto Votorantim

PROJETO: *AGP Ação Climática – RS*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,9 milhão*

O AGP Ação Climática – RS, que teve início em 2025, apoia 10 municípios do Rio Grande do Sul situados próximos a empreendimentos da Motiva (antiga CCR), da Dexco e da Votorantim Cimentos no fortalecimento de competências institucionais para gestão de riscos, adaptação e resiliência climática. O projeto atua em diversas frentes prioritárias, incluindo a identificação de riscos e populações vulneráveis, a estruturação de governança para ação climática e a formulação de planos de adaptação construídos em parceria com cada município de acordo com as necessidades identificadas. Por meio de uma metodologia de desenvolvimento de competências dividida em gestão de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas, o programa promove uma abordagem baseada na justiça climática e no uso eficiente de recursos públicos. O projeto conta com recursos do Instituto Motiva e Instituto Votorantim, que também atua como gestor da iniciativa.

Para o segundo ano de atuação, em 2026, o projeto segue buscando o fortalecimento de competências institucionais para gestão de riscos, adaptação e resiliência climática.

WRI Brasil

PROJETO: *Municípios Preparados para a Emergência Climática | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 2 milhões*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 4 milhões*

O projeto Municípios Preparados para a Emergência Climática tem como objetivo fortalecer a capacidade de adaptação dos municípios brasileiros às mudanças climáticas, com foco na redução da vulnerabilidade de populações urbanas historicamente marginalizadas, mais expostas aos impactos de eventos extremos. A iniciativa integra o Programa de Cidades do WRI Brasil, que apoia governos locais na formulação de políticas e planos de ação voltados à resiliência urbana e à justiça climática.



Instituto Decodifica

PROJETO: Retratos: Adaptação Climática nas Periferias

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 500 mil

O Projeto Retratos: Adaptação Climática nas Periferias atua para preencher a lacuna de dados oficiais sobre enchentes em favelas e periferias, promovendo um diagnóstico georreferenciado dos riscos e danos causados pelas cheias em Recife, Rio de Janeiro e São Luís. A metodologia se baseia na Geração Cidadã de Dados (GCD), capacitando lideranças locais para mapear problemas ambientais e estruturar estratégias comunitárias de adaptação climática. Além do levantamento de dados, o projeto visa mobilizar a comunidade e articular ações com o setor público e privado, garantindo que políticas e investimentos respondam às realidades locais.



Apresentação do projeto na Cas'Amazônia na COP30



Atividade do projeto realizada em Pernambuco

TRANSVERSAL

Fundação Itaú

PROJETO: *Observatório do Trabalho Sustentável - Parceria Fundação Itaú e Instituto Itaúsa*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,3 milhão*

Uma parceria entre o Observatório da Fundação Itaú e o Instituto Itaúsa, este projeto tem o objetivo de criar uma célula de pesquisa dedicada a investigar a transição para uma economia de baixo carbono no Brasil, com foco no impacto dessa transformação no mundo do trabalho. A iniciativa pretende gerar dados estratégicos e inteligência a partir de pesquisas sobre trabalho e capital humano, buscando promover diálogos intersetoriais e multidisciplinares, influenciar políticas públicas e contribuir para uma nova economia mais produtiva e positiva para o clima, a natureza e as pessoas. Com duração de três anos, a parceria envolverá o desenvolvimento de estudos setoriais semestrais, buscando abordar tanto a criação e expansão de trabalhos decentes quanto a formação de profissionais, subsidiando ações para impulsionar o desenvolvimento de capital humano para a essa nova economia. A governança será compartilhada entre as duas instituições, com o Observatório oferecendo a infraestrutura e equipe de pesquisa, e o Instituto Itaúsa contribuindo com sua rede de parceiros e canais de comunicação para disseminação de dados e influência nas políticas.

Centro Brasil no Clima

PROJETO: *Reestruturação em rede do FBMC - Fórum Brasileiro de Mudança do Clima*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 100 mil*

Este projeto visa reestruturar o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) em um modelo de governança em rede e participativa, fortalecendo sua atuação e capacidade de articulação entre diferentes setores da sociedade (acadêmico, organizações não governamentais e governos subnacionais). Em fase avançada de implementação, a iniciativa tem como foco acelerar a execução do Plano Clima e ampliar a integração com a Câmara de Participação Social do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), que reúne 23 ministérios.



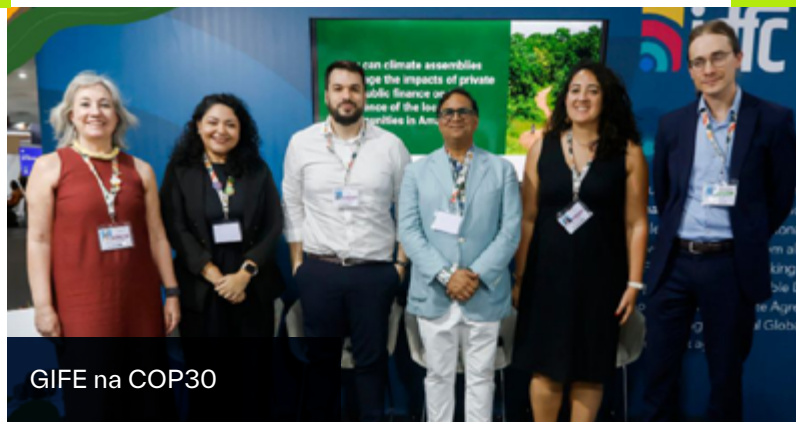
Lançamento da Câmara de Participação Social do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CPS - CIM)

Fundação Getúlio Vargas

PROJETO: *Investindo em Adaptação às Mudanças Climáticas*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 740 mil

Este projeto tem como objetivo catalisar investimentos privados em adaptação climática. A iniciativa busca mapear barreiras, oportunidades e necessidades de financiamento para adaptação climática, usando o Brasil como estudo de caso. O trabalho é conduzido em parceria com Morphosis (Suíça) e os achados são divulgados em eventos estratégicos, como *Brazil Climate Week*, *London Climate Week* e COP30. Com isso, a iniciativa proporciona uma análise mais detalhada sobre o cenário nacional, promovendo o engajamento do setor privado e a formulação de políticas públicas para ampliar investimentos em adaptação climática no Brasil.



GIFE na COP30

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE

PROJETO: *Construindo Capacidades para o maior Engajamento da Filantropia Brasileira na Agenda Climática e de Governança Multilateral*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 620 mil

VALOR TOTAL INVESTIDO: R\$ 620 mil

O projeto tem o objetivo de implementar uma trilha, de caráter formativo e de sensibilização/influência, para robustecimento das capacidades da filantropia brasileira para atuação nos temas essenciais da agenda pública global (clima, democracia, desigualdades), permitindo ao GIFE melhores condições de sensibilizar atores estratégicos do setor ainda não engajados nos desafios contemporâneos da agenda pública, em espaços estratégicos de governança global (COPs, G20 etc.) até a COP31.

Com foco no fortalecimento da filantropia brasileira diante dos grandes temas globais, o GIFE está implementando uma trilha formativa e de sensibilização voltada ao engajamento do setor nas agendas de clima, democracia e redução das desigualdades. A proposta busca ampliar as capacidades institucionais e de influência dos atores estratégicos do setor, preparando-as para atuar em espaços de governança multilateral, como as COPs, o G20 e a IV Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

A iniciativa, com atuação até a COP30, ampliou o alcance da filantropia brasileira, promovendo articulação, conhecimento e posicionamento proativo do setor diante dos desafios contemporâneos da agenda pública global.

Inspier

PROJETO: *Rede Virtual de Economistas em Produtividade e Sustentabilidade*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,5 milhão*

O projeto propõe a criação de uma Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade, com o objetivo de fortalecer a base científica e analítica necessária para orientar a transformação da economia brasileira em direção a um modelo mais produtivo e positivo para o clima, a natureza e as pessoas. A rede será estruturada a partir das três transições estratégicas do Instituto Itaúsa: uso do solo e sistemas alimentares, energia e materiais, e sistemas urbanos. A meta é gerar conhecimento, aplicado com alto rigor técnico e relevância para políticas públicas. A rede é interinstitucional, com governança acadêmica independente e mecanismos de fomento a pesquisadores de referência e pretende posicionar o Brasil como centro de excelência na produção de evidências para a nova economia.



Lançamento da Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade



Lançamento do Anuário

Foto: APR2 - Soluções em comunicação, marketing e publicidade

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *Anuário Estadual de Mudanças Climáticas 2025*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,5 milhão*

O Anuário Estadual de Mudanças Climáticas 2025 sistematiza dados e análises sobre políticas climáticas em nível estadual, fortalecendo a governança subnacional frente à emergência climática. A segunda edição, prevista para lançamento no início de 2026, amplia a ambição da iniciativa ao formar um núcleo estratégico com parceiros como o Centro Brasil no Clima (CBC) e o FGV CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, articulando uma rede técnica dedicada a análises temáticas. O Anuário busca promover transparência, orientar políticas públicas e fomentar a cooperação federativa, tornando-se uma referência para tomadores de decisão e financiadores.

Instituto de Cidadania Empresarial

PROJETO: *Coalizão pelo Impacto | Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 2 milhões*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 2,6 milhões*

A Coalizão pelo Impacto tem como ambição fortalecer o empreendedorismo socioambiental de seis cidades de cinco regiões do Brasil (Belém, Fortaleza, Brasília, Campinas, Paranaguá e Porto Alegre). Com uma abordagem sistêmica, a iniciativa tem formado e conectado pessoas e organizações (públicas e privadas)



Encontro oficial entre a Coalizão pelo Impacto e o governador do Ceará, Elmano de Freitas, realizado em Fortaleza



2ª edição do Sebrae Impacta DF - Encontro mensal do ecossistema de impacto do DF com a presença da coordenação e membros do conselho da Coalizão pelo Impacto de Brasília

que oferecem apoios diversos para empreendedores e negócios comprometidos com a resolução de problemas do seu território. O objetivo é que esse ecossistema possa fomentar novos modelos de negócio que combinem inovação, crescimento econômico e impacto socioambiental positivo como mecanismo de redução da desigualdade social.

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PROJETO: *COP30 – Agenda de Finanças / Ano 2*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1,6 milhão*

VALOR TOTAL INVESTIDO: *R\$ 5,5 milhões*

Este projeto tem como objetivo acelerar a ação climática em países em desenvolvimento, por meio da criação de mecanismos que apoiem a implementação das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), compromissos assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris.

A iniciativa prevê a mobilização de até US\$ 1,3 trilhão anuais até 2035, conforme o *Roadmap* Baku–Belém, plano internacional que orienta fluxos de investimento climático entre países do Sul Global. Além disso, contempla a apresentação de instrumentos inovadores de seguros voltados a projetos de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no Brasil, fortalecendo a integração entre financiamento climático e conservação ambiental.



Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon

PROJETO: *Net Zero Brasil*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025:
R\$ 2 milhões

O Imazon é uma instituição de pesquisa que, há mais de três décadas, produz conhecimento científico para fortalecer a conservação da Amazônia e impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil. Nesse contexto, o projeto Net Zero Brasil (NZB) tem como propósito subsidiar o desenho, a implementação e a avaliação contínua das medidas necessárias para que o país alcance a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa até 2050. A iniciativa integra análises técnicas avançadas, projeções de cenários e modelagens dos setores de uso da terra e energia, indústria e resíduos para identificar trajetórias factíveis, eficientes e economicamente sustentáveis de descarbonização para o Brasil.



PATROCÍNIOS

Em 2025, no contexto da COP30 e das ativações realizadas ao longo do ano, o Instituto Itaúsa utilizou o patrocínio como instrumento complementar à sua atuação institucional, apoiando a realização de eventos, ações de comunicação e oficinas voltadas à promoção do debate e à articulação em torno da agenda de sustentabilidade.

Rede Comuá

PROJETO: *A Casa Sul Global*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 250 mil*

A Casa Sul Global é uma plataforma de articulação política, mobilização, produção de conhecimento e colaboração entre atores da filantropia do Sul Global. Seu propósito é influenciar os fluxos de recursos e as dinâmicas de poder em prol da justiça socioambiental. Estratégica para a COP30, a Casa Sul Global articulou incidência política, produção de conhecimento e mobilização em torno da justiça climática, com um espaço físico e virtual de diálogo. O projeto incluiu sessões de articulação com financiadores e espaços de experimentação coletiva, buscando garantir representatividade territorial, diversidade de formatos e debates.



Divulgação da Casa Sul Global
Foto: Sofia Hage

Fundação Amazônia Sustentável

PROJETO: *Pré-COP30: Oficinas de Adaptação e Mitigação Climática na Amazônia*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 50 mil*

A iniciativa consistiu na realização de oficinas comunitárias (chamadas de Pré-COPs) em territórios indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas da Amazônia Legal brasileira que contaram com a participação de mais de 1.900 pessoas. O objetivo dos encontros foi escutar, sistematizar e apresentar propostas e prioridades das populações locais para a COP30, além de elaborar planos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, promovendo justiça climática e protagonismo comunitário.

Desafios Complexos Treinamentos LTDA

PROJETO: *Agenda Coletiva da COP30*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 20 mil*

Este projeto trata-se da criação de um site, por meio do qual qualquer indivíduo ou organização pôde inserir eventos organizados previamente e durante a COP30. O objetivo principal foi dar visibilidade à sociedade brasileira e de outros países sobre os eventos que ocorreram em preparação e durante a COP30.

Desafios Complexos Treinamentos LTDA

PROJETO: *Brazil Climate Investment Week 2025*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 60 mil*

O *Brazil Climate Investment Week 2025* reuniu tomadores de decisão e investidores nacionais e internacionais com mandato de investimento ativo, promovendo o diálogo sobre oportunidades de financiamento em clima e natureza. A iniciativa buscou divulgar e aprofundar o conhecimento sobre soluções brasileiras em descarbonização, remoção e regeneração, conectando capital a um pipeline qualificado de projetos e impulsionando a alocação efetiva de recursos em investimentos sustentáveis.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

PROJETO: *Sustainable Bussiness Cop (SBCOP)*

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: *R\$ 1 milhão*

Por meio do projeto COP30/SBCOP, a CNI propôs uma estratégia robusta de presença institucional na COP30, com ações antes, durante e após o evento, visando posicionar a indústria brasileira como protagonista da transição para uma economia de baixo carbono. A proposta envolveu estruturação de estande, realização de eventos e produção de conteúdo em torno de 10 temas-chave: transição energética; economia circular e materiais; bioeconomia; sistemas alimentares; soluções baseadas na natureza; cidades sustentáveis; finanças e investimentos para a transição; empregos e habilidades verdes; saúde; e *carbon accounting*. Além de promover a indústria nacional no cenário global, a iniciativa visou ampliar o diálogo com atores internacionais e fomentar negócios e investimentos sustentáveis.



Associação Din4mo Lab

PROJETO: COP30 - Roadmap for Private Capital Mobilization

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 150 mil

A iniciativa COP30 - Roadmap for Private Capital Mobilization teve como objetivo mobilizar capital privado em apoio à transição ecológica no Brasil e em outras economias emergentes, como preparação para a COP30. O projeto promoveu três rodadas de diálogo de alto nível entre investidores nacionais e internacionais (que, juntos, administram mais de US\$ 20 trilhões em ativos) e representantes do governo. A meta dessas rodadas foi identificar caminhos concretos para ampliar o fluxo de capital privado rumo ao patamar de US\$ 1,3 trilhão por ano, necessário para financiar agendas de mitigação, adaptação e regeneração ambiental.

A iniciativa foi liderada pela Aliança pelo Impacto e pelo GSG Impact, com a colaboração do UN Principles for Responsible Investment (UN PRI), fortalecendo a articulação entre sistema financeiro, setor público e agendas climáticas globais.

KPTL Investimentos LTDA

PROJETO: Bioeconomy Amazon Summit (BAS)

INVESTIMENTO RECEBIDO EM 2025: R\$ 1 milhão

O BAS propõe uma jornada anual de eventos e articulações para fomentar o ecossistema de inovação e bioeconomia na Amazônia. A proposta 2025 incluiu a realização do evento principal em Manaus, com público estimado de até 2 mil pessoas e 200 startups, presença na COP30 com dois palcos, um deles o 1º Fórum Global de Inovação da UNFCCC, itinerâncias pelas nove capitais da Amazônia Legal, ações de articulação institucional e programas de inovação aberta com grandes empresas. Além disso, prevê a geração de conhecimento via relatórios, dashboards e conteúdos audiovisuais. O objetivo é ampliar a visibilidade de empreendedores amazônicos e fortalecer a conexão entre setor privado, governos e startups da região.



Debate sobre financiamento da bioeconomia, com IDESAM, BID, Latimpacto, KPTL e Amazon Investor Coalition



BAS Itinerante: Encontro com empreendedores em Manaus



Conselho de Administração

Presidente

Rodolfo Villela Marino

Membros

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Guilherme Setubal Souza e Silva

Maria Alice Setubal

Pedro Wongtschowski (*)

Rachel Biderman Furriela (*)

(*) *Independentes*

Equipe Instituto Itaúsa

Diretor Executivo

Marcelo de Camargo Furtado

Gerente

Natalia Cerri Oliveira

Analista de Gestão de Doações

Graziele Lopes da Silva

Equipe Itaúsa de Apoio ao Instituto

Amanda Felten de Caires

Ana Beatriz do Nascimento Cantu

Ana Carolina Monteiro Carvalho

Andre Gimenez Moscopf

Arianne Matos Alves

Arlete Goncalves de Oliveira

Barbara de Oliveira Silva

Beatriz de Oliveira Castro Germano

Bruna Carneiro de Albuquerque Cesar

Caio Cortez Machado

Carlos Alberto Del Salto dos Santos

Claudia Meirelles Carvalho

Daniel Riedo Cupola

Davi Alexandre Silva Souza

Deise de Fatima Batista de Araujo

Diogo Campos Silva

Elaine Nair Silva

Felipe Massakazu Imperio

Fernanda Cristina Rocha Gallinaro

Francisco Alisson Carvalho Alves

Frederico de Souza Queiroz

Pascowitch

Igor Alberto Pereira

Ivonete Faria Grande

Joel Alves da Silva

Josias Nogueira de Souza

Julia Manfredini de Araujo

Laiz Alves da Silva

Lucas Mounssef Sanchez

Luciana dos Santos Silva

Luciana Ibanez Pedroso

Luana Larissa dos Santos Correia

Luisa Uehara Marcus

Marco Antonio Dias

Marcela Lopes da Silva Peixoto

Maria Clara da Silva Souza

Maria Fernanda Caramuru

Mariana Andrade Pereira

Mariana de Souza

Mirna Justino Mazzali

Monica Ichitani

Olavo Diegues

Patricia Pereira Pardin Lopes

Priscila Grecco

Rafael Mimoto Oka

Rafael Rodrigues Monteiro

Regis Candido Ortiz

Renata Martins De Almeida

Ricardo Rodolfo Rocha

Roberta Aprea Guedes Garcia Sandrini

Sandro Christy

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

Sergio Gottardi

Tatiana Midori Migiyama

Thales Manesco de Oliveira

Thais Prado Braga

Thiago Guerreiro Bernardinelli

Vinicius Fernando Ruiz

Vitor Pedroso Sabino

Viviane Cristina Perinotto

Wagner Mazzei de Carvalho

Expediente

Coordenação

Flávia Bacar

Conteúdo

Carolina Rodrigues

Projeto gráfico e diagramação

Adesign



INSTITUTO
ITAŪSA



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUTO
ITAŪSA

INSTITUTO ITAÚSA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Rodolfo Villela Marino

Conselheiros

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Guilherme Setubal Souza e Silva

Maria Alice Setubal

Pedro Wongtschowski (*)

Rachel Biderman Furriela (*)

(*) *Conselheiros Independentes*

DIRETORIA

Diretor

Marcelo de Camargo Furtado

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

INSTITUTO ITAÚSA
BALANÇO PATRIMONIAL*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	290	579
Doações a receber	6	1.000	-
Tributos a compensar		1	-
Despesas antecipadas	8	129	76
Total Circulante		1.420	655
TOTAL DO ATIVO		1.420	655
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	9	115	9
Doações a pagar	10	1.000	-
Obrigações com pessoal		13	-
Tributos a recolher	11	156	6
Total Circulante		1.284	15
TOTAL DO PASSIVO		1.284	15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	12.1	136	521
Fundo de reserva	12.2	-	119
Total do Patrimônio Líquido		136	640
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.420	655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais			
Receitas com doações	13	60.302	38.038
Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades	14	69	75
Total das receitas operacionais		60.371	38.113
Despesas operacionais			
Despesas com doações para projetos	15	(52.043)	(35.961)
Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades	14	(69)	(75)
Despesas gerais e administrativas	16	(8.764)	(1.686)
Outras receitas e despesas	7	(30)	(1.005)
Total das despesas operacionais		(60.906)	(38.727)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(535)	(614)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	110	91
Despesas financeiras	17	(79)	(25)
Total do resultado financeiro		31	66
Déficit do exercício		(504)	(548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio social	Fundo de reserva	Superávit/ (Déficit)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		521	667	-	1.188
Déficit do exercício		-	-	(548)	(548)
Absorção do déficit do exercício		-	(548)	548	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		521	119	-	640
Saldo em 31 de dezembro de 2024		521	119	-	640
Déficit do exercício	12	-	-	(504)	(504)
Absorção do déficit do exercício	12	(385)	(119)	504	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		136	-	-	136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do superávit			
Déficit do exercício		(504)	(548)
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(30)	(5)
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	7	30	1.005
		(504)	452
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução de Doações a receber		(1.000)	-
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		(1)	-
(Aumento) Redução em Outros ativos		(53)	(76)
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		150	4
Aumento (Redução) em Doações a pagar		1.000	-
Aumento (Redução) em Fornecedores		106	(370)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		13	-
		215	(442)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(289)	10
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Títulos e valores mobiliários	7	-	(1.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	(1.000)
Redução do Caixa e Equivalentes de caixa		(289)	(990)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		579	1.569
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		290	579
		(289)	(990)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Itaúsa ("INSTITUTO"), que iniciou suas atividades em agosto de 2023, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, constituído e existente segundo as leis brasileiras e está localizado na Av. Paulista nº 1938, 17º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

Possui como associado mantenedor a Itaúsa S.A. ("ITAÚSA") que atua, por meio das suas investidas, nos segmentos financeiro, bens de consumo, materiais de construção civil, saneamento, energia e infraestrutura, disseminando os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor a seus acionistas, de forma sustentável. Possui no portfólio de investimentos marcas líderes em seus segmentos: Itaú Unibanco, Dexco, Alpargatas, Motiva, Aegea Saneamento, Copa Energia e Nova Transportadora do Sudeste (NTS).

O INSTITUTO tem por finalidade promover o bem-estar social por meio da preservação do meio ambiente, assim entendido como clima, natureza e pessoas, e aumento da produtividade, com sustentabilidade, apoiados na inovação. Para a consecução das suas finalidades, o INSTITUTO tem por objeto social o fomento, impulsionamento e promoção das seguintes causas de interesse público:

- (i) a educação em seu sentido amplo, incluindo o ensino, os cursos livres, a ciência, a tecnologia, a pesquisa, a inovação, a educação ambiental;
- (ii) a assistência social, em seu sentido amplo, nos eixos de inclusão no mundo do trabalho, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- (iii) a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;
- (iv) a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- (v) os estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- (vi) a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e sociais, do voluntariado, da democracia, e de outros valores universais; e
- (vii) a promoção de questões e princípios Environmental, Social and Governance ("ESG") – Ambiental, Social e Governança ("ASG") no âmbito de organizações com ou sem fins lucrativos.

Os recursos para manutenção das atividades do INSTITUTO são obtidos por meio de contribuições associativas (quando instituídas), doações espontâneas (recebidas de pessoas jurídicas), além dos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras provenientes destas doações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as disposições a serem observados por entidades sem fins lucrativos, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do INSTITUTO na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação do INSTITUTO.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração do INSTITUTO se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas poderão estar suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

Para as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 não foram realizadas estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios.

2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu revisões às normas já existentes. Para o exercício de 2025, não houve a adoção de novas normas e/ou revisões que resultaram em impactos significativos no INSTITUTO.

2.5.1. Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Com exceção da norma CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis, o INSTITUTO não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 – Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério “de somente pagamento de principal e juros”; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASG); e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11	Alterações de escopo limitado como parte do seu processo de melhorias anuais. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 – Instrumentos Financeiros), CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis	Substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o “lucro ou prejuízo operacional” como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis do INSTITUTO foram adotadas de forma consistente nos exercícios e estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil

- Instrumentos financeiros**

São reconhecidos na data de contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Ativos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

Custo amortizado: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado (VJR): São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.

Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (impairment) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por impairment são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores.

Uma perda por impairment anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

- **Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

- **Valor justo**

É determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;

Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas pela Administração visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

O INSTITUTO não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos no período apresentado.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado		VJR		Total	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	20	20	270	559	290	579
Total de Ativos financeiros		20	20	270	559	290	579
Passivos financeiros							
Fornecedores	9	115	9	-	-	115	9
Total de Passivos financeiros		115	9	-	-	115	9

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos financeiros mensurados a valor justo são classificados na hierarquia como nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrente do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e o resgate garantido pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como o INSTITUTO pode ser impactado pelas mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2025, os possíveis impactos nos resultados em função da variação de cada risco destacado para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. As taxas projetadas foram definidas por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Boletim Focus – Banco Central do Brasil).

	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	15,06% a.a.	38
Total				38

4.2.2. Riscos de crédito

Compreende a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

Na gestão do risco de crédito de: (i) Caixa e Equivalentes de caixa o INSTITUTO estabeleceu limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*), sendo que a Administração entende que as operações de aplicações financeiras não expõem o INSTITUTO a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais; e (ii) Títulos e valores mobiliários o INSTITUTO acompanha o rating das contrapartes envolvidas e avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

4.2.3. Riscos de liquidez

Corresponde à possibilidade do INSTITUTO não honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante sua capacidade de pagamento.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O INSTITUTO investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Todos os passivos financeiros do INSTITUTO estão registrados no Circulante, ou seja, com vencimento para os próximos 12 meses.

4.3. Gestão de capital

O INSTITUTO realiza a gestão de capital contínua de forma a garantir a continuidade de suas operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

As contas bancárias estão reconhecidas pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensuradas a valor justo.

5.1. Composição

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	20	20
Equivalentes de caixa	270	559
Fundos de investimento	270	559
Total	290	579

6. DOAÇÕES A RECEBER

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$1.000 refere-se à doação a receber da Itaúsa (associado mantenedor).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Não circulante
Saldo em 31/12/2023	-
Aquisição de CRA's	1.000
Juros	5
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.005)
Saldo em 31/12/2024	-
Juros	30
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(30)
Saldo em 31/12/2025	-

Em outubro de 2024 o INSTITUTO adquiriu R\$1.000 em CRA's (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), de emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., com o objetivo de fortalecer os negócios de cooperativas de agricultores familiares, afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, sendo os recursos alocados para a aquisição e distribuição de materiais, equipamentos e insumos, permitindo o replantio e a retomada das operações pelos cooperados.

Os CRA's estão mensurados ao custo amortizado, com remuneração de 3% a.a., prazo de 10 anos (vencimento final em junho de 2034) e carência do pagamento de principal e juros de 3 anos.

A Administração decidiu pela constituição de provisão para perdas dado o alto risco de não recebimento dos CRA's.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor total	Saldo a apropriar	Valor total	Saldo a apropriar
Licença de <i>software</i>	210	46	134	23
Anuidade - GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)	83	83	53	53
Total		129		76

9. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de comunicação institucional	35	-
Honorários advocatícios	15	3
Serviços vinculados à COP30	60	-
Outros	5	6
Total	115	9

10. DOAÇÕES A PAGAR

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$1.000 refere-se à doação a pagar ao Instituto E+ Transição Energética, vinculada ao projeto "Financiamento Climático e Bioeconomia: Estratégia de Descarbonização e Preparação para a COP 30" (Nota 15 item j).

11. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	59	1
CIDE	55	-
Tributos de terceiros a recolher	42	5
Total	156	6

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Patrimônio social

Corresponde à doação inicial realizada pelo associado mantenedor.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$521 foi parcialmente absorvido em R\$385, em razão do déficit apurado no exercício de 2025 no montante de R\$504, resultando em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$136.

12.2. Fundo de reserva

Conforme previsto no Estatuto Social, o INSTITUTO não distribuirá, sob nenhuma forma, entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras ou excedentes operacionais.

Os excedentes operacionais (superávits) deverão ser aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, de forma imediata ou por meio de destinação a Fundo de reserva, que poderá ser incorporado ao Patrimônio social. Eventuais déficits futuros serão compensados pelo Fundo de reserva e, posteriormente, pelo Patrimônio social.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$119 foi integralmente absorvido no exercício de 2025, em decorrência do déficit apresentado no montante de R\$504.

13. RECEITAS COM DOAÇÕES

Política Contábil

São registradas mediante documentação hábil, pelo regime de competência, e desde que não haja a incerteza significativa na sua realização. Não há previsão de devolução das doações já realizadas. Adicionalmente, a Administração possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

	2025	2024
Partes relacionadas		
Itaúsa	60.302	38.904
Total da receita com doações	60.302	38.904
(-) Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (*)	-	(866)
Total	60.302	38.038

(*) A partir de 8 de outubro de 2024, o INSTITUTO obteve o reconhecimento de isenção do ITCMD (Nota 18).

14. RECEITAS E DESPESAS COM TRABALHOS VOLUNTÁRIOS E GRATUIDADES

Política Contábil

As receitas dos serviços recebidos de forma gratuita, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o INSTITUTO haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. São reconhecidas na Demonstração do Resultado como “Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades” em contrapartida, também da Demonstração do Resultado, na rubrica “Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades”.

	Nota	2025	2024
Gratuidades			
Serviços de terceiros		42	37
Trabalhos voluntários			
Remuneração da Administração	14.1	27	38
Total		69	75

14.1. Remuneração da Administração

Conforme previsto no Estatuto Social, o INSTITUTO não remunerará, sob qualquer forma, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo, se instituído, e do Conselho Fiscal, se instalado, pelo exercício do cargo, cuja atuação é inteiramente voluntária.

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Desta forma, a mensuração foi realizada com base na pesquisa sobre remuneração dos administradores realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2024.

15. DESPESAS COM DOAÇÕES PARA PROJETOS

Política Contábil

São registradas pelo regime de competência, ou seja, quando os gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

Projeto	Parceiro	Nota	2025	2024
Conservação do meio ambiente				
Amazônia 2030	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON	(a)	(4.000)	(4.000)
Net Zero Brasil	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON	(b)	(2.000)	-
Conservação e restauração da Mata Atlântica na região sudeste	Fundação SOS Pró-Mata Atlântica	(c)	(2.000)	(2.500)
Municípios preparados para a emergência climática	World Resources Institute - WRI Brasil	(d)	(2.000)	(2.000)
Plataforma jornada amazônica	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI	(e)	(2.000)	(2.000)
AGP Ação Climática - RS	Instituto Votorantim	(f)	(1.933)	-
Rede Virtual de Economistas em Produtividade e Sustentabilidade	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	(g)	(1.500)	-
Anuário Estadual de Mudanças Climáticas - 2025	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(h)	(1.500)	-
Cidade + 2°C	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER		(1.400)	-
Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA	Instituto Comida do Amanhã		(1.300)	-
Acelerador de Investimentos em Soluções Baseadas na Natureza	Instituto Clima e Sociedade - ICS		(1.200)	-
Rede Conexão Povos da Floresta	Instituto Conexão Povos da Floresta		(1.042)	-
Segurança e justiça social para o desenvolvimento e proteção da Amazônia	Fórum Brasileiro de Segurança Pública		(700)	(700)
Fortalecimento institucional do Instituto Água e Saneamento	Instituto Água e Saneamento		(521)	(521)
SpeciesLink - Conectando biodiversidade, clima e uso da terra	Centro de Referência em Informação Ambiental - CRIA		(500)	(1.563)
Doação emergencial ao Rio Grande do Sul	Associação Movimento União BR		-	(4.000)
Apoio a projetos socioambientais	Fundo Socioambiental Casa		-	(1.500)
Clima, saúde e produtividade	Instituto Ar		-	(1.042)
Concertação para a Amazônia	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável		-	(1.000)
Apoio emergencial para incêndios florestais	Fundo Socioambiental Casa		-	(600)
Fundo de Justiça Climática para Povos e Comunidades Tradicionais	Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos		-	(600)
Outros (6 projetos)			(4.469)	(978)
			(28.065)	(23.004)
Produtividade e sustentabilidade				
Coalizão pelo impacto	Instituto de Cidadania Empresarial - ICE	(i)	(2.083)	(521)
Financiamento Climático e Bioeconomia: Estratégia de Descarbonização e Preparação para a COP30	Instituto E+ Transição Energética	(j)	(2.042)	-
COP30 – Agenda de Finanças	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(k)	(1.611)	-
Transição para sistema agrícola sustentável e orgânico	Instituto Folio	(l)	(1.563)	(1.042)
Desenhando o Futuro da Transição Energética Brasileira	Fundação Getúlio Vargas - FGV		(1.300)	-
Observatório do Trabalho Sustentável	Fundação Itaú		(1.300)	-
Future Fuels Bridge	Instituto Clima e Sociedade - ICS		(1.100)	-
Concertação para a Amazônia	Instituto de Apoio a uma Concertação pela Amazônia		(1.042)	-
Nature Investment Lab	Instituto Clima e Sociedade - ICS		(1.000)	(1.000)
Índice de risco e oportunidade municipal	Instituto Igarapé		-	(633)
Estudos e eventos do G20	Instituto Clima e Sociedade - ICS		-	(3.878)
Facility de investimentos sustentáveis	Instituto Fundo Catalítico Amazônia		-	(2.083)
Transição justa, sustentável e saudável dos sistemas alimentares do Brasil	Associação Civil Instituto Escolhas		-	(1.030)
Movimento pré-competitivo do setor empresarial pela restauração florestal	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável		-	(1.000)
Outros (17 projetos)			(9.956)	(1.138)
			(22.997)	(12.325)
(-) Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD			(981)	(632)
			(52.043)	(35.961)

Segue o sumário dos principais projetos realizados durante o exercício de 2025:

(a) Amazônia 2030: O projeto atua na produção de relatórios técnicos, articulação multissetorial e consolidação de recomendações práticas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social da Amazônia, com foco na sustentabilidade ambiental e aumento da produtividade econômica.

(b) Net Zero Brasil: O projeto subsidia o desenho, a implementação e a avaliação contínua das medidas necessárias para que o Brasil alcance a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa até 2050. A iniciativa integra análises técnicas avançadas, projeções de cenários e modelagens dos setores de uso da terra e energia, indústria e resíduos para identificar trajetórias factíveis, eficientes e economicamente sustentáveis de descarbonização para o Brasil.

(c) Conservação e restauração da Mata Atlântica na região sudeste: Estabelece uma aliança entre proprietários de terra, empresas, entidades públicas e espaços de governança com o objetivo de criar condições para a conservação e restauração da mata atlântica nas bacias do médio Tietê e Paraíba do Sul, integrando ações relacionadas a clima, água e biodiversidade. Também pretende desenvolver um modelo replicável para outras regiões do Brasil.

(d) Municípios preparados para a emergência climática: Busca fortalecer a capacidade de adaptação às mudanças climáticas em municípios brasileiros, com ênfase na redução da vulnerabilidade de populações urbanas historicamente marginalizadas, que frequentemente enfrentam maior exposição e risco diante dos impactos climáticos. Atua em quatro frentes principais: (i) ação política; (ii) dados e indicadores; (iii) gestão do conhecimento; e (iv) implementação.

(e) Plataforma jornada amazônica: Cria uma plataforma de inovação que inclui capacitação de talentos, aceleração e investimentos de *startups* para fortalecer o ecossistema de negócios da bioeconomia amazônica. Busca estruturar cadeias de valor, ampliar os negócios sustentáveis e fomentar inovação e empreendedorismo, promovendo a competitividade econômica da floresta.

(f) AGP Ação Climática – RS: Apoio a 10 municípios do Rio Grande do Sul no fortalecimento de competências institucionais para gestão de riscos, adaptação e resiliência climática. O projeto atua em diversas frentes prioritárias, incluindo a identificação de riscos e populações vulneráveis, a estruturação de governança para ação climática e a formulação de planos de adaptação construídos em parceria com cada município de acordo com as necessidades identificadas.

(g) Rede Virtual de Economistas em Produtividade e Sustentabilidade: Iniciativa que visa fortalecer a base científica e analítica para apoiar a transição da economia brasileira para um modelo mais produtivo e sustentável. Com governança acadêmica independente e fomento a pesquisadores de referência, busca posicionar o Brasil como polo de excelência na produção de evidências para a nova economia.

(h) Anuário Estadual de Mudanças Climáticas – 2025: Sistematiza dados e análises sobre políticas climáticas em nível estadual, fortalecendo a governança subnacional frente à emergência climática. O Anuário busca promover transparência, orientar políticas públicas e fomentar a cooperação federativa, tornando-se uma referência para tomadores de decisão e financiadores.

(i) Coalizão pelo impacto: A iniciativa capacita e conecta pessoas e organizações que oferecem apoios diversos para empreendedores e negócios comprometidos com a resolução de problemas do seu território. Fomenta a criação de ecossistemas empreendedores em seis cidades brasileiras, promovendo a criação de produtos e serviços escaláveis como mecanismo de redução da desigualdade social.

(j) Financiamento Climático e Bioeconomia: Estratégia de Descarbonização e Preparação para a COP30: Iniciativa que busca reconhecer, validar e escalar rotas biológicas, como os biocombustíveis e soluções baseadas na bioeconomia, para a descarbonização da economia brasileira. O projeto busca mobilizar recursos, influenciar políticas públicas e engajar atores estratégicos, consolidando o Brasil como protagonista na agenda internacional de transição energética e climática.

(k) COP30 – Agenda de Finanças: Busca acelerar a ação climática em países em desenvolvimento, por meio da criação de mecanismos que apoiem a implementação das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), compromissos assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris. Também contempla a apresentação de instrumentos inovadores de seguros voltados a projetos de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) no Brasil, fortalecendo a integração entre financiamento climático e conservação ambiental.

(l) Transição para sistema agrícola sustentável e orgânico: Visa facilitar a transição do modelo agrícola atual, baseado na revolução verde, para um modelo sustentável e regenerativo, por meio de uma experiência prática em formato laboratorial. A Fazenda Escola Lagoa do Sino (FELS), será o laboratório para validar essas novas práticas agrícolas e se tornar referência para o setor.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Nota	2025	2024
Serviços de terceiros	16.1	(5.211)	(1.113)
Publicidade e comunicação institucional	16.2	(2.849)	(336)
Viagens, estadias e refeições		(388)	(179)
Remuneração da Diretoria		(180)	-
Aluguéis		(21)	-
Outras		(115)	(58)
Total		(8.764)	(1.686)

16.1. Serviços de terceiros

No exercício de 2025, os montantes contemplam despesas relacionadas à administração do INSTITUTO, incluindo custos com monitoramento e acompanhamento de projetos, consultoria jurídica e demais atividades necessárias ao funcionamento institucional e à execução de sua estratégia.

16.2. Publicidade e comunicação institucional

No exercício de 2025, do montante de R\$2.849, R\$2.530 referem-se a patrocínios destinados à realização de eventos, ações de comunicação e oficinas vinculadas à COP30, além de iniciativas voltadas para estimular debates e articulações sobre a agenda de sustentabilidade.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	78	86
Variação cambial ativa	2	-
Juros e descontos obtidos	30	5
Total receitas financeiras	110	91
Despesas financeiras		
COFINS sobre receita financeira	(45)	(4)
IR sobre aplicações financeiras	(16)	(20)
Variação cambial passiva	(16)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Total despesas financeiras	(79)	(25)
Total	31	66

18. TRIBUTOS INCIDENTES, HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA E ISENÇÃO

Com relação à tributação federal, o INSTITUTO:

(a) Não está sujeito:

- ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), nos termos do § 1º do artigo 15 da Lei nº 9.532/97; e
- à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em relação às receitas relativas às suas atividades próprias, nos termos do art. 14, X, da MP nº 2158-35/01.

(b) Está sujeito:

- ao Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, nos termos do §2º do art. 15 da Lei nº 9.532/97;
- à Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS), com base na folha de salários, nos termos do inciso III do art. 13 da MP nº 2158-35/01; e
- à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), segundo o regime não-cumulativo, exceto as relativas às atividades próprias.

Com relação à tributação estadual, até 7 de outubro de 2024, o INSTITUTO observou a Lei nº 10.705/00, com alterações, e o Decreto nº 46.655/02, ambos do Estado de São Paulo, quanto à incidência do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

A partir de 8 de outubro de 2024, o INSTITUTO obteve o reconhecimento de isenção do ITCMD, nos termos do § 2º do artigo 6º da Lei nº 10.705/00, na redação da Lei nº 10.992/01, e do § 1º do art. 6º e do artigo 9º do Decreto nº 46.655/02.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2026, o INSTITUTO assinou acordo de investimentos com a Silva Soluções Ambientais S.A. ("Silva") para aquisição privada de debêntures conversíveis em ações, de natureza quirografária, no valor de R\$1.500, com vencimento em 3 anos.

A Silva atua na cadeia de suprimentos de mudas e sementes nativas, voltada à atividade de reflorestamento. Os recursos captados serão destinados à expansão das operações, com ênfase na aceleração da restauração no Brasil, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e oferta de serviços ecossistêmicos, além do fortalecimento da bioeconomia florestal e da resiliência climática.

*

*

*

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BEF48752-429C-4BF2-9A17-14987314341C

Status: Concluído

Assunto: Instituto Itaúsa - Dez.25 - Relatório

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 96

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Matheus Mariano

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

matheus.mariano@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original

25 de fevereiro de 2026 | 19:32

Portador: Matheus Mariano

matheus.mariano@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

25 de fevereiro de 2026 | 19:58

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Tatiana Fernandes

ID: 249.758.218-18

Cargo do Signatário: Sócia

tatiana.fernandes@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

CPF do signatário: 24975821818

Cargo do Signatário: Sócia

Assunto: CN=Tatiana Fernandes Kagohara

Gueorguiev:24975821818

Assinatura

DocuSigned by:

Tatiana Fernandes

959DEA12458D406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 20.226.46.50

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 25 de fevereiro de 2026 | 19:39

Visualizado: 25 de fevereiro de 2026 | 19:57

Assinado: 25 de fevereiro de 2026 | 19:58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Matheus Mariano matheus.mariano@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 25 de fevereiro de 2026 19:58 Visualizado: 25 de fevereiro de 2026 19:58 Assinado: 25 de fevereiro de 2026 19:58
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de fevereiro de 2026 19:39
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2026 19:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2026 19:58
Concluído	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2026 19:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------